

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**A PREVIDÊNCIA SOCIAL E O COTIDIANO DA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL:
ANALISE DE UMA EXPERIÊNCIA NO PROJETO
“CENTRO DIA DO IDOSO” EM RIO CLARO / SP**

JEAN MIDGLASON MONTEIRO NEVES

FLORIANÓPOLIS, 2003.

JEAN MIDGLASON MONTEIRO NEVES

A PREVIDÊNCIA SOCIAL E O COTIDIANO DA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL:
ANALISE DE UMA EXPERIÊNCIA NO PROJETO
“CENTRO DIA DO IDOSO” EM RIO CLARO / SP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Professora Heloísa Maria José de Oliveira.

FLORIANÓPOLIS, 2003.

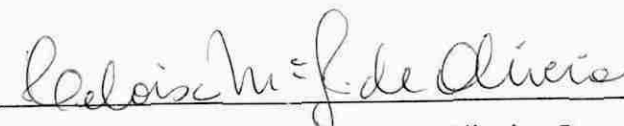
JEAN MIDGLASON MONTEIRO NEVES

**A PREVIDÊNCIA SOCIAL E O COTIDIANO DA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL:
ANALISE DE UMA EXPERIÊNCIA NO PROJETO
“CENTRO DIA DO IDOSO” EM RIO CLARO / SP**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

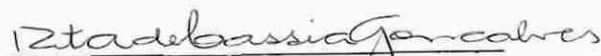
Professora Krystyna Matys Costa
Chefe do Departamento de Serviço Social

BANCA EXAMINADORA



Professora Heloisa Maria José de Oliveira, Dra.

Presidente



Professora Rita de Cássia Gonçalves

Assistente Social



Professora Krystyna Matys Costa

Assistente Social

FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO 2003.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, pela vida e por todas as bênçãos recebidas...

À minha família, em especial à minha querida Mãe Maria e meu Pai Ari, porque sem eles no mínimo e com certeza, este trabalho não se realizaria.

A minha namorada e companheira Daniele, que mesmo na distância e na saudade compreendeu o significado desta trajetória, dando-me inspiração, carinho e apoio para chegar até aqui, e que em nenhum momento me deixou sozinho. Muito obrigado por você fazer parte da minha vida.

A minha sogra Lourdes, pela ajuda prestada e acolhida, se tornando uma segunda Mãe nestes quatro anos – serei eternamente grato.

À professora Heloísa, por ter acreditado e incentivado em minha construção teórica, pelos ensinamentos preciosos e orientações para a consecução deste. Espero retribuir a confiança e os ensinamentos aprendidos. Muito obrigado.

À professora Ivete, por acreditar na minha capacidade acadêmica e acima de tudo pela relação de amizade e respeito que se estabeleceu, e com quem muito aprendi através de sua postura ética e competência profissional e a quem devo como orientadora, supervisora e amiga – obrigado pela confiança em mim depositado.

À professora Rita, pela disposição em supervisionar-me, pela dedicação e atenção que demonstrou em todos os momentos.

Ao Departamento de Serviço Social representada pela professora Krystyna, e a Secretária do curso de Serviço Social representada pela Ondina, que me apoiaram e incentivaram na realização deste trabalho.

Aos professores e profissionais do departamento de Serviço Social e de outros departamentos que demonstraram paixão à profissão e incitaram-me a isto – seus exemplos nortearão minha ação profissional.

À Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, representada pela Secretária Municipal de Ação Social, Célia e Luci, que me possibilitaram e me apoiaram na realização deste trabalho.

À Assistente Social Alice, pela orientação de campo, pelo exemplo de competência e

compromisso pela profissão, e pela relação de amizade que se estabeleceu – obrigado.

À equipe técnica, funcionários e os idosos do “Centro Dia do Idoso”, pela amizade, convivência e ensinamentos prestados.

À meus amigos e amigas de todas as horas, e pela troca de experiências e amizade que sempre existiu Marcos, Cristiano, Marcelo, Leontino, Cristiane, Isabel, Fabiana, Maram, Helena, Maria Amalia e a todos os moradores da CEU-Mista.

À todos os que, diretamente ou indiretamente, contribuíram no processo de minha formação profissional – obrigado.

A vida conserva um valor quando atribuímos valor à vida dos outros, através do amor, da amizade, da indignação, da compaixão. Permanecem então, razões para agir ou para falar. Aconselha-se freqüentemente às pessoas a preparar a sua aposentadoria. Mas isso não significa apenas juntar dinheiro, escolher o lugar da aposentadoria, arranjar hobbies. Não se terá, quando chegar a hora avançada nada. Mais vale não pensar demais na velhice, mais viver uma vida de homem bastante engajado, bastante justificado, para que se continue a aderir a ela, mesmo quando já perderam todas as ilusões e quando já arrefeceu o ardor vital.

(Simone de Beauvoir)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
------------------------	-----------

CAPITULO I

1 O DEBATE SOBRE REFORMA DO ESTADO E DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL E NO MERCOSUL.....	13
---	-----------

1.1 Ajuste Estrutural e Reforma do Estado segundo o Banco Mundial.....	13
1.2 Concepção de Reforma do Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Mercado nos países do Mercosul.....	16
1.3 Implicações das Reformas na Política da Previdência Social.....	20

CAPÍTULO II

2 A QUESTÃO DO ENVELHECIMENTO E DA APOSENTADORIA NO BRASIL.....	24
--	-----------

2.1 O Envelhecimento Humano da Sociedade.....	24
2.2 A História Política de Previdência Social e da Aposentadoria e suas Reformas no Brasil.....	30

CAPÍTULO III

3 O COTIDIANO DA POPULAÇÃO IDOSA (PROJETO “CENTRO DIA DO IDOSO” NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO / SP).....	39
3.1 Caracterização Do Município de Rio Claro / SP e do Projeto “Centro Dia do Idoso”	39
3.2 Percurso Metodológico.....	46
3.3 O Perfil dos Aposentados do Projeto “Centro Dia do Idoso”.....	48
3.4 Desvelando Motivos da Busca do Projeto “Centro Dia do Idoso”.....	54
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Profissão.....	48
Tabela 2 : Tempo de aposentadoria / Pensão.....	49
Tabela 3 : Local de trabalho.....	50
Tabela 4 : Valor da aposentadoria.....	51
Tabela 5 : Ajuda familiar.....	52
Tabela 6 : Significado da Aposentadoria.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 : Profissão.....	49
Gráfico 2 : Tempo de aposentadoria / Pensão.....	50
Gráfico 3 : Local de trabalho.....	51
Gráfico 4 : Valor da aposentadoria.....	52
Gráfico 5 : Ajuda familiar.....	53
Gráfico 6 : Significado da Aposentadoria.....	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultante da experiência realizada, através de uma Bolsa de Pesquisa de Iniciação Científica CNPq/PIBIC, coordenada pela Prof.^a Dr.^a Ivete Simionatto, com o tema “Mercosul e Reforma do Estado : Implicações nas Políticas Públicas”, e da experiência vivenciada no Estágio Curricular realizado na Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, junto a Secretária de Ação Social, no projeto “Centro Dia do Idoso”, realizado no período de Maio a Setembro de 2002.

O interesse em abordar o a Reforma da Previdência e os impactos que ela causa na população aposentada, objeto de intervenção durante o estágio, surgiu com os estudos realizados durante a pesquisa, que apresentavam uma perda dos direitos sociais de uma população de baixa renda e mostradas freqüentemente na imprensa, e no discurso dos nossos governantes e nas representações de cidadãos comuns.

Além disso, a Reforma da Previdência e da aposentadoria, sempre despertou o interesse em compreendê-lo e abordá-lo. De um lado, interessa compreender a Reforma da Previdência e as mudanças que isso traz na aposentadoria e, do outro, como essas mudanças afetam os aposentados.

Para os que professam a ideologia neoliberal, as reformas são necessárias para solucionar a crise do capitalismo global e suas manifestações como a crise financeira, a crise do comércio e os prejuízos no âmbito da produtividade, tão afetada pelas mudanças tecnológicas. Na verdade, é o próprio ajuste neoliberal que aprofunda essa crise que os países industrializados provam desde a década 1980 e toda a economia internacional é atingida por suas conseqüências.

No Brasil, o argumento que fundamenta a Reforma de Estado é a implantação do Estado Mínimo. O Estado Mínimo implica a redução das funções do Estado, através das privatizações, terceirizações e publicizações; redução do grau de interferência do Estado na economia nacional, através do corte no gastos públicos e aumento da governança e da governabilidade. A Reforma é orientada para o mercado, exigindo o abandono de instrumentos de controle político e a restrição na alocação de recursos públicos.

A reforma do Estado muda radicalmente o sistema previdenciário brasileiro. Tirando e suprimindo vários direitos e tornando mais difícil o exercício de outros tantos, particularmente, no que se refere à aposentadoria, essa reforma impõe novos ônus aos segurados. Ao mesmo tempo, procura viabilizar, a privatização da Previdência Social no Brasil. A principal mudança, no entanto, está no caráter da seguridade social brasileira.

Com isso, ao longo de sua história, a política previdenciária guarda relação com o movimento estrutural e conjuntural de cada momento histórico da sociedade brasileira, expresso em suas diversas políticas econômicas e na correlação de forças que aí se estabelecem. Nessa trajetória, a política previdenciária tem como características básicas constitutivas o paradoxo entre a reprodução de força de trabalho e a incorporação de direitos sociais, ora tendendo à universalização de cobertura e ampliação dos benefícios e serviços, ora tendendo a uma restrição dos mesmos com base na Seguridade ou na concepção restrita do Seguro Social

Nesse contexto de reformas, é necessário compreender a situação do aposentado e da aposentadoria, que é uma das mais importantes conquistas do trabalhador, um reconhecimento de seu valor como cidadão e uma justa recompensa pelos longos anos de cooperação para com o progresso social. É preciso, então, que essa reestruturação não desconsidere os idosos e não os exclua desse processo, pois o que se percebe é que quando o tempo da aposentadoria se aproxima, o trabalhador começa a sofrer angústias e aflições, ao invés de satisfação e tranquilidade. Seu poder aquisitivo diminui de forma irreversível e suas preocupações aumentam.

Com o intuito de entender como essas reformas afetam o cotidiano da população aposentada e em que medida elas beneficiam ou prejudicam seus direitos, planejou-se um trabalho de investigação junto a um grupo de aposentados atendidos por um projeto social do município de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Para responder a essa questão, foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica para um conhecimento prévio do assunto, observação e a pesquisa quantitativa/qualitativa, tendo como instrumento a entrevista e como sujeitos as pessoas participantes do projeto. No total foram seis (6) entrevistas e vários depoimentos. Salienta-se que não foram colocados os nomes completos e demais qualificadores das pessoas entrevistadas por motivos éticos de preservação de identidade.

Com o estudo realizado nessa direção, e cujos resultados serão apresentados nesse Trabalho de Conclusão de Curso, não se pretende esgotar a discussão, mas contribuir com o debate sobre o tema, através de uma revisão teórica que possibilite a compreensão dos caminhos que levaram à efetivação dos direitos sociais e das políticas públicas no setor de previdência e da aposentadoria e suas conseqüências para um grupo de aposentados.

Em relação à estrutura, o trabalho apresentará, no primeiro capítulo, para uma melhor compreensão, conceitos relativos ao tema, como a política de Previdência Social e aposentadoria. Privilegiaremos no primeiro capítulo, identificar as principais conseqüências da Reforma do Estado, ocorridas na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, destacando a política de Previdência Social. Nesse capítulo, procura-se também analisar o rumo das reformas, o papel que as agências multilaterais vêm assumindo nesse processo e o novo perfil adquirido pelo Estado, sociedade civil, políticas públicas e mercado em cada um dos países anteriormente citados.

No segundo capítulo, abordaremos a questão do envelhecimento e da aposentadoria no Brasil e, por fim, no terceiro capítulo, traremos os resultados das entrevistas realizadas no projeto "Centro Dia do Idoso, com o objetivo de revelar os impactos do contexto estudado, na vida dos sujeitos atendidos pelo referido projeto. Nesse capítulo, faremos inicialmente uma caracterização do Município de Rio Claro e da história do "Centro Dia do Idoso". Esse conjunto de informações será analisado tendo como referência algumas reflexões sobre a questão das políticas públicas da previdência e da aposentadorias, e suas expressões no mundo contemporâneo. No item Considerações Finais, faremos, por fim, uma síntese das idéias trabalhadas neste estudo.

CAPÍTULO I

1 O DEBATE SOBRE REFORMA DO ESTADO E DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL E NO MERCOSUL.

1.1 Ajuste Estrutural e Reforma do Estado Segundo o Banco Mundial.

O ajuste neoliberal traduz-se numa crise que os países industrializados provam desde a década de 1980, onde toda a economia internacional é atingida por suas conseqüências. Essa crise, denominada como crise do capitalismo global, tem como manifestações principais a crise financeira e a do comércio e a produtividade através das mudanças tecnológicas.

Mesmo sendo uma crise global, os impactos e conseqüências causadas pelo ajuste, assim como as soluções de combate, diferenciam-se entre os países por ela atingidos, pois cada um possui uma história de desenvolvimento e economia particulares, que exigem políticas sociais específicas.

A crise do Estado tem como base o processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e da tendência à unificação monetária e financeira, que fez com que os Estados Nacionais perdessem sua autonomia, ocasionando a redução da eficácia das políticas econômicas e declarando a precarização de suas políticas sociais.

Segundo Soares (2000, p.12),

As tentativas de solução para a crise têm produzido profundas mudanças estruturais, dando lugar a um novo modelo econômico caracterizado ideologicamente como neoliberal, que traz consigo a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e inevitavelmente uma "nova pobreza". Mesmo diante desses problemas apresentados pelo ajuste estrutural, entende-se que eles não são somente de caráter econômico, mas fazem parte de uma redefinição global das relações sociais e do campo político-institucional. Ou seja, o ajuste também traz como conseqüências a perda de identidade dos direitos sociais, a restrição da concepção de cidadania, e entre outras, novas condições de luta social.

Dois países lideraram a adoção do modelo neoliberal, os EUA e a Inglaterra. Na Inglaterra houve a eliminação do Estado como agente direto do econômico, uma profunda

redução dos gastos públicos e liberalização do mercado tendo como resultados a recessão, o desemprego, etc. Já nos EUA, ocorre a “economia da oferta” onde o Estado é responsável pelos males, tendo como resultado a estagflação, que decorre do excesso de oferta monetária, de impostos e de regulação do mercado.

Em alguns países centrais, os ajustes tiveram impactos menores, pois os governos conseguiram manter parte de suas economias protegidas. Já na América Latina, os efeitos da crise financeira e da dívida externa reforçaram o modelo já aplicado pelos organismos internacionais.

O ajuste estrutural tem como pretensão, desencadear mudanças através de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado, tendo como proposta a diminuição do déficit fiscal com a redução dos gastos públicos. Ele tem como idéia central, as “forças livres do mercado” (Soares, 2000, p. 16) sem a interferência do Estado. De acordo com Tavares e Fiori (1993, p.18),

O processo de ajuste global difere-se por um rearranjo da hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais sob a proteção da doutrina neoliberal, administrada pelo Consenso de Washington, que é um conjunto abrangente, de regras de condicionalidades aplicadas de forma cada vez mais padronizada, aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes.

As reformas neoliberais centralizam-se nas medidas propostas pelo Banco Mundial e pelo FMI, consubstanciadas no Consenso de Washington. Do ponto de vista político, as políticas de ajuste, a partir do ano de 1980, incorporam um novo ideário de natureza corretiva, onde, segundo discurso do FMI, a transformação do Estado é vista como parte da construção de um novo modelo de desenvolvimento, ou seja, pensa-se na reconstrução do Estado e não na sua minimização, embora o conteúdo das palavras não altere a essência do projeto proposto.

O processo de ajuste estrutural apresenta um caráter contraditório, de desajuste estrutural, pois, da maneira que a socialização da perda é feita, causa uma crise de grande porte. “O caráter global da modernização está dado pelo sentido comum de agravamento das desigualdades e da produção de exclusão” (SOARES, 2000, p. 18).

Os países periféricos têm pagado primordialmente os custos sociais, e os padrões de equidade social pioraram de modo geral. A distribuição desigual dos custos sociais também

ocorreu nos países centrais, trazendo inúmeras conseqüências como a crise do mercado de trabalho, o processo de flexibilização, o aparecimento dos bolsões de pobreza, o desmonte do Welfare State, etc.

Os serviços financeiros associados às políticas de ajuste tornaram mais grave a distribuição de renda e riqueza nacional (EUA e países periféricos), ou seja, em função dos paraísos fiscais, houve uma exacerbada concentração da renda e da riqueza. Sendo assim, ficam claros os cortes lineares do gasto social e a deterioração dos padrões de serviços públicos, provocados pelas políticas de ajuste econômico de caráter recessivo.

Quanto às políticas sociais, nos países onde o Estado de Bem-Estar Social estava estruturado, as políticas de ajuste encontraram resistências reais. Onde o Estado de Bem-Estar Social não estava constituído, as políticas de ajuste se manifestaram mais no plano econômico do que na distribuição de aparelhos de política social, pois aonde essas não existiam, estão sendo implantados programas sociais emergenciais e focalizados, centrados na solidariedade comunitária, que é claro, não da conta de diminuir a desigualdade social e a pobreza agravada pelo ajuste. Nos locais onde existiam as políticas sociais universais, ocorreu o desmonte das mesmas, tornando mais difíceis as condições sociais.

O Banco Mundial mostra-se preocupado com os programas de luta contra a pobreza, como forma de corrigir o ajuste, mas ao mesmo tempo, junto às demais instituições multilaterais de financiamento, empenha-se em generalizar o modelo neoliberal de reformas estruturais, como afirma Soares (2000, p.21, 22),

As propostas de focalização no ataque à pobreza e de economicidade e eficiência, consagradas no Consenso de Washington, em particular, nos programas do Banco Mundial, não passam de uma tentativa de racionalizar a situação de agravamento geral das situações de pobreza e desamparo social, a que foram conduzidos quase todos os países periféricos submetidos ao ajuste, independentemente de sua matriz histórica de desenvolvimento político econômico.

As funções do Estado apresentadas pelo Banco Mundial incidem diretamente sobre as políticas sociais públicas, entendidas como a forma de assegurar a universalidade do crescimento e a redução da pobreza e desigualdade, pois o Estado não mais provê serviços públicos, mas impõe cortes nos orçamentos e redução dos gastos públicos. Além disso, o BIRD vê no mercado o complemento para a execução das funções públicas, “[...] essa centralidade no mercado possibilitou a construção de um consenso, por parte dos formuladores

de políticas públicas e da opinião pública em geral, sobre os meios e os fins da economia” (COSTA, 1998, p. 127).

As orientações do Banco Mundial quanto às políticas públicas (priorizar os setores sociais fundamentais), têm tirado o caráter universal destas, tornando-as residuais com caráter compensatório. Essas políticas apresentam como características a focalização, a descentralização e a privatização.

De acordo com Simionatto (2001, p. 6),

Os programas de ajuste macroeconômico têm provocado, portanto, profundas alterações nas relações entre Estado sociedade e mercado. O modelo de política social de inspiração universalista é, nos marcos da reestruturação econômica, considerado inadequado na medida em que cria um desequilíbrio entre recursos disponíveis, patamares de cobertura e de risco e atenção às necessidades dos grupos considerados mais pobres e vulneráveis.

Vale lembrar que os programas de ajuste estrutural têm alterado a relação Estado, Sociedade e Mercado, pois os projetos de Reforma do Estado têm modificado os papéis de cada um deles para que se moldem ao novo modelo neoliberal.

1.2 Concepção de Reforma do Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Mercado nos países do Mercosul.

No Brasil, o argumento que fundamenta a Reforma de Estado é a implantação do Estado Mínimo. O Estado Mínimo implica a redução das funções do Estado, através das privatizações, terceirizações e publicizações. Redução do grau de interferência do Estado na economia nacional, através do corte no gastos públicos e aumento da governança e da governabilidade. A Reforma é orientada para o mercado, exigindo o abandono de instrumentos de controle político e a restrição na alocação de recursos públicos.

O ideário predominante é o do fortalecimento do Estado, sobrecarregando a sociedade com as funções que por ele deveriam ser exercidas. A Reforma pretende modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores, um dos quais é designado Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não-estatais, na qualidade de prestadoras de serviço.

Entende-se Sociedade Civil, Estado e Mercado, como sendo os três mecanismos de controle da Reforma do Estado. A relação fundamental entre esses mecanismos, é o resultado da ação dessa sociedade sobre estes. É a Sociedade Civil que determina ou busca determinar a organização do Estado e do Mercado na luta por uma sociedade democrática.

A Reforma do Estado propõe um Estado Social-Liberal, que, segundo Bresser Pereira, protege os direitos sociais e promove o desenvolvimento econômico. O Estado tem seu papel de agente direto, reduzido à sujeito incentivador do processo de desenvolvimento econômico e social e impõe cortes no orçamento e redução dos gastos públicos. “É a instituição política, responsável por regular e coordenar toda a vida social, inclusive estabelecendo as normas do mercado” (PEREIRA, 1998, p. 51).

A Sociedade Civil encontra-se responsável pelo encaminhamento de projetos principalmente na área das políticas setoriais. Ou seja, realiza funções das quais o Estado se desresponsabilizou, como a prestação de serviços públicos.

Nesses serviços, agora prestados pelas Organizações Sociais, que são instituições não-estatais prestadoras de serviços que celebram “contratos de gestão” com o Estado, estão incluídos: educação, saúde, cultura e as utilidades públicas. A sociedade civil tem papel fundamental de agente transformador no processo de Reforma do Estado, e do Mercado, buscando a redefinição do seu papel com o intuito de fortalecê-lo e não reduzi-lo ao mínimo.

Embora esta seja a afirmação contida na proposta, sabe-se que na prática, o Estado tem cada vez mais tornado-se mínimo, na medida em que repassa suas funções para a sociedade civil e para o mercado, num processo claro de privatização da esfera pública.

Para Bresser Pereira, a sociedade civil é “a parte da sociedade que está fora do aparelho do Estado. Ou, situada entre a sociedade e o Estado, é o aspecto político da sociedade: a forma através da qual a sociedade se estrutura politicamente para influenciar na ação do Estado” (PEREIRA, 1998, p. 75), concepção esta que desqualifica a sociedade civil, entendida como algo fora do Estado e assim esvaziada de seu sentido político.

No que se refere às políticas sociais públicas, o agravamento de situações sociais de exclusão, desigualdade e pobreza geram demandas sociais incompatíveis com as restrições impostas pelo ajuste às políticas sociais. Segundo Soares (2000, p. 82, 83),

Hoje no Brasil, vive-se uma enorme fragmentação da gestão do social, onde surgem os programas de combate à pobreza, como alternativa de política

social, que são caracterizados por ações específicas e focalizadas. Estes programas, quase sempre, estão associados a uma estratégia de descentralização, onde os municípios são totalmente responsabilizados pela implementação das políticas públicas sociais. Esse processo traz o desmonte das políticas sociais existentes, principalmente as de âmbito nacional, sem apresentar nada que as substitua, além de não conceder aos municípios os recursos necessários. Essa política do ajuste tirou dos estados, a possibilidade de coordenar e planejar programas sociais equitativos, causando um desequilíbrio ainda maior no país.

As políticas sociais públicas perdem o caráter universal, referente ao combate à pobreza e à desigualdade, mostrado-se de caráter residual e compensatório. Ou seja, os serviços sociais perdem seu caráter público.

Outro fator importante é a questão do mercado, que, segundo Bresser Pereira, é “[...] a instituição econômica, responsável por coordenar a produção de bens e serviços. É o sistema econômico em que o controle se realiza através da competição” (PEREIRA, 1998, p.75). A Reforma amplia o espaço privado, não apenas nas atividades ligadas à produção econômica, mas também no campo dos direitos sociais.

Na Argentina, a *Ley de Reforma del Estado y la de Emergencia Económica*, sancionada em agosto de 1989, foram o ponto de partida para a redefinição das tarefas do setor público e ordenamento das finanças públicas, ou seja, para a Reforma do Estado, que tem por objetivo central a reestruturação global do aparato estatal, priorizando a configuração do Estado.

De acordo com INAP (1997, p. 2, 4),

Esse processo de Reforma do Estado se deu em duas etapas. Na primeira etapa, os objetivos eram: a desregulamentação da economia; a privatização das empresas estatais; a reforma da administração pública e a transferência dos serviços sociais do Estado para a sociedade civil e setor privado. Neste período não foram criadas normas para, através de políticas públicas, regulares a Assistência Social. Na 2ª etapa da Reforma, esta incide sobre a Administração Pública, no amparo ao sistema de Seguridade Social nos estados e municípios, tendo como fim, a melhoria da arrecadação e obtenção de recursos para cobrir o déficit fiscal e a reforma das estruturas estatais, dirigida à eficiência e à eficácia dos programas públicos.

O Estado tem sua administração social retraída, com o reordenamento de suas funções, deixando um grande espaço que tem sido coberto, em parte, pelas ONGs, onde as políticas de intervenção estatal são substituídas pelas políticas realizadas por essas

organizações e que contam com os esforços, por parte do Estado, para que elas se responsabilizem pelas políticas sociais. A sociedade civil está dividida em três organizações: as organizações de base, formadas pelos próprios beneficiários; as organizações de assistência, formadas por voluntários que não são beneficiários diretos; e as ONGs, formadas por técnicos e profissionais, e que têm executado projetos de serviços, capacitação e investigação no que se refere a desenvolvimento.

A Reforma reflete no mercado da seguinte forma: busca-se a valorização do capital visando o processo de acumulação. Para isso, aceita-se altas taxas de desemprego e redução dos serviços sociais, por parte do Estado.

Segundo Vuolo e Barbeito(1998, p. 190),

Quanto às políticas sociais públicas, a Reforma, através de suas propostas e normas, atinge-as negativamente, proporcionando o desmonte do Estado de Bem-Estar Social. As políticas sociais recebem uma nova roupagem, pois encontram-se afetadas pela promoção e imposição de transformações em sua forma de funcionamento, degradação das fontes de financiamento, mudanças na administração e no regime de acesso e tipo de benefícios.

A crise atual que a Argentina vem sofrendo, embora esteja fora do período analisado por esta pesquisa, tem ocasionado o maior desmonte do Estado vivido pelo país, com graves prejuízos a toda a população.

No Paraguai, a reforma do Estado segundo Programa de Gobierno (1999, p. 4) apresenta ,

[...] adoção de um modelo econômico que permita o balanço entre a necessidade de manter a estabilidade macroeconômica, a modernização, o fortalecimento do aparato produtivo e a promoção de uma melhora permanente nas condições de vida da população.

O mercado é a instituição que “[...] mobiliza recursos financeiros de longo prazo para os setores produtivos, permitindo um melhor manejo dos riscos, proporcionando liquidez e reduzindo os custos de transição e as assimetrias de informação” (PROGRAMA DE GOBIERNO, 1999, p. 21).

A sociedade civil participa da sociedade na formulação de propostas, identificação de necessidades e elaboração de alternativas sobre seus problemas, assim como, estabelecendo o controle sobre as autoridades.

As políticas públicas visam, de acordo com o Programa de Gobierno (1999, p. 7),

[...] satisfazer as necessidades básicas da população através de um acesso equitativo à saúde, educação, habitação, emprego, saneamento básico, seguridade social e jurídica. O objetivo é melhorar de maneira permanente a qualidade de vida da população, resolvendo de modo prioritário as necessidades básicas insatisfeitas que situam em condição de pobreza a amplos setores da sociedade.

Os debates sobre a Reforma do Estado, no Uruguai, ocorrem desde de 1980. O novo perfil do Estado está indicado no documento “La Reforma del Estado en el Uruguai (1988)”, onde o Estado tem suas funções alteradas, abrindo espaço para a atuação do setor privado.

A Reforma está voltada para a Administração Pública, envolvendo questões da governabilidade, governança e dos novos papéis atribuídos à sociedade civil, mercado e políticas públicas.

O Estado tem como pressupostos: a governabilidade, democratização da sociedade, recuperando a participação da sociedade civil, execução de políticas sociais para saldar a dívida com a sociedade, referente à crise, descentralização e revisão das políticas públicas. A sociedade civil é responsável por sua organização, nos plano produtivo, cultural e principalmente social.

1.3 – Implicações das Reformas na Política da Previdência Social.

Na Argentina, o processo de Reforma do Estado, fundamentada na Ley de Reforma del Estado e a de Emergencia Econômica, se deu em duas etapas. A primeira objetivou a reestruturação global do aparato estatal, priorizando a configuração do Estado. A segunda, incidiu sobre a Administração Pública, tendo como fim, a melhoria da arrecadação e obtenção de recursos, para cobrir o déficit fiscal e a reforma das estruturas estatais.

O Estado tem suas funções retraídas e orientadas para as organizações da sociedade civil, que ficam responsáveis pelas políticas sociais. Tais políticas encontram-se afetadas pela promoção e imposição de transformações em suas estruturas, propostas pela Reforma, provocando a degradação das mesmas. O mercado busca a valorização do capital, visando o

processo de acumulação, possibilitando o aumento da taxa de desemprego e redução dos serviços sociais, por parte do Estado.

Na Argentina, a reforma estrutural do sistema previdenciário, após um processo de discussão que durou dois anos, foi finalmente implementada em julho de 1994, e introduziu um modelo misto, de acordo com Gambina (2000, p. 7),

[...] a luta dos aposentados na Argentina conseguiu que o regime em meu país seja misto. Há dois caminhos para a questão: por um lado, se mantém o clássico sistema de aposentadoria com as contribuições que os trabalhadores fazem ao Estado, e o Estado paga as aposentadorias mensais. Isso se manteve. E se abriu um novo canal, como uma oferta para os novos trabalhadores e para os velhos que se possam aderir ao que se chamou regime de capitalização.

No Brasil o Projeto da Reforma do Estado, está fundamentado na implantação do Estado Mínimo, com a redução das funções do Estado, redução dos gastos públicos e aumento da governança e governabilidade, através das privatizações, terceirizações e publicizações. A Reforma da Previdência no Brasil foi editada pelo Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em março de 1995 e desde lá percorreram os passos previstos em lei para que fosse debatidos e votados por deputados e senadores. Depois de passar por comissões específicas, pela votação em dois turnos nos plenários da Câmara e do Senado, em dezembro de 1998, o projeto foi promulgado pelas Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, através da emenda Constitucional nº 20, que alterou de forma significativa o sistema previdenciário brasileiro.. Segundo Pimentel (1999, p. 11),

O trabalhador no Regime Geral da Previdência passou a se aposentar aos 65 anos de idade, se homem, e 60 anos, se mulher, ou, desde que tenha contribuído para Previdência pelo menos 35 anos, se homem, e 30 anos se mulher. Dessa maneira, ele não pode se aposentar, antes da idade fixada, sem comprovar o tempo que descontou para a Previdência. Nesse caso, passa a ser exigida, de todos os trabalhadores, a comprovação do tempo de contribuição para aposentadoria, e não mais tempo de serviço.

A reforma do Estado muda radicalmente o sistema previdenciário brasileiro. Tirando e suprimindo vários direitos e torna mais difícil o exercício de outros tantos, particularmente, no que se refere à aposentadoria, além do que, impõem novos ônus aos segurados. Ao mesmo tempo, procura viabilizar, a privatização da Previdência Social no Brasil. A principal

mudança, no entanto, está no caráter da seguridade social brasileira, como afirma o DIAP (1997, p. 20),

[...] o princípio da equidade na participação no custeio, faz com que a seguridade - inclusive a previdência - seja financiada por toda a sociedade, é alterado substancialmente, à medida que o critério principal para a aquisição do direito à aposentadoria passa a ser o tempo de contribuição para a Previdência Social.

Essas mudanças têm como objetivo, transferir para o setor privado o controle dos volumosos recursos financeiros pagos pela sociedade para manter a Previdência Social. Uma vez retirada das mãos do Estado, todo esse dinheiro pode ser destinado ao financiamento de setores do capital financeiro, que pretende explorar, segundo seus interesses mercantilistas, os serviços previdenciários que o poder público abandonar ou deixar de prestar. "O objetivo da reforma é de aproximá-la, o máximo possível, das regras do mercado" (Faleiros, 2000, p.107).

Segundo Mota (2000, p. 7),

[...] é inadiável a implementação de iniciativas que permitam formar uma massa crítica sobre os desafios, as propostas e perspectivas postas para as políticas de previdência social, saúde e assistência social. Estas iniciativas, dentre outros aspectos, poderiam desmistificar um suposto saber especializado sobre questões como o déficit da previdência, a necessidade de um sistema complementar de aposentadorias, o peso do pagamento das pensões dos funcionários públicos, o financiamento da saúde, o custo dos planos de saúde para os trabalhadores, a duplicidade da contribuição dos assalariados via CPMF.

A Reforma do Estado no Paraguai visa a manutenção da estabilidade econômica, o fortalecimento do aparato produtivo e a promoção de uma permanente melhora nas condições de vida da população paraguaia. Mas, o que se apresenta, é um Estado ineficiente, pois o mercado mobiliza os recursos financeiros para os setores produtivos, permitindo um melhor controle dos riscos econômicos, com redução dos gastos públicos. A reforma na estrutura do sistema previdenciário paraguaio, foi consolidada no "Programa de Gobierno, 1999 - 2003", que chegava a beneficiar apenas 17 % dos trabalhadores; dentre as principais mudanças ocorridas, estão os benefícios das pensões, aposentadoria por idade, e no tempo de contribuição com o sistema Previdenciário.

Segundo a ANFIP (1999, p. 257, 258),

A reforma no sistema previdenciário paraguaio, alterou os dois planos da aposentadoria por tempo de contribuição, aumentando de 15 anos para 25 anos (plano 1) e de 20 anos para 30 anos (plano 2), o mesmo não ocorrendo

com a aposentadoria por idade, que não sofreu mudanças, continuando 60 anos(plano 1) e 55 anos (plano 2) para homens e mulheres.

Os debates sobre a Reforma do Estado, no Uruguai, ocorrem desde de 1980. O novo perfil do Estado está indicado no documento "La Reforma del Estado en el Uruguai (1988)", onde o Estado tem suas funções alteradas, abrindo espaço para a atuação do setor privado. A Reforma está voltada para a Administração Pública, envolvendo questões da governabilidade, governança e dos novos papéis atribuídos à sociedade civil, mercado e políticas públicas.

A reforma do sistema da Previdência ou Seguridade Social, como é denominado naquele país, foi aprovado pela Lei 16.713, de 1996. O sistema aprovado é classificado como misto. Este modelo distingue dos diferentes regimes que cobrem cada segmento profissional com tratamentos diferentes para os distintos grupos de filiados ativos em 1996, levando em conta os seguintes critérios: idade, nível salarial e opções escolhidas em torno do novo sistema.

De acordo com a ANFIP (1999, p. 300),

O Uruguai, a reforma da Previdência ou Seguridade Social, como é chamado naquele país, foi aprovado em 1996, pela Lei 16.713, e classificado como misto. A reforma no sistema de Seguridade Social no Uruguai apresentam mudanças significativas principalmente para as mulheres, que em 1997 sua aposentadoria por idade aumentou de 55 anos para 56 em 1999, com previsão de mudanças gradual para 60 anos até 2003, não ocorrendo o mesmo com os homens.

Após este debate sobre a reforma do Estado e a reforma da Previdência Social no Brasil e no Mercosul, abordaremos no próximo capítulo a questão do envelhecimento da população idosa, mostrando dados estatísticos do envelhecimento populacional no Brasil e no Mundo, abordando o problema da migração e da realidade do idoso. O outro item a ser abordado dentro do mesmo capítulo é o histórico da aposentadoria no Brasil, mostrando as mudanças que ocorreram no sistema previdenciário, e revelando-se como o setor que mais sofreu os prejuízos com essas reformas previdenciária. Ao fazê-lo aprofundaremos alguns conceitos até aqui tratados de formas mais sucintas.

CAPÍTULO II

2 A QUESTÃO DO ENVELHECIMENTO E DA APOSENTADORIA NO BRASIL

2.1 O Envelhecimento Humano da Sociedade

× A casualidade do envelhecimento da população tem sido foco de sérias reflexões. Netto(1996, p.13) , assim considera:

Poucos problemas têm merecido tanta atenção do homem em toda sua história como o envelhecimento. O aumento da população idosa é um fato mundial e irreversível, como decorrência da diminuição das taxas de mortalidade e de natalidade.

Apesar disso constata-se a ausência de efetivas políticas sociais voltadas para os idosos, principalmente no terceiro mundo, onde o ritmo do envelhecimento populacional é mais acelerado.

× De acordo com (SALGADO, 1998, p.32), "o mundo caminha para o envelhecimento, e em pouco tempo os velhos serão maioria populacional", é uma afirmativa comum para apresentar a questão do envelhecimento populacional.

Conforme dados das Nações Unidas, o envelhecimento demográfico tem apresentada a seguinte projeção em todo mundo:

- * 1950 - 214 milhões de idosos;
- * 1975 - 350 milhões de idosos;
- * 2000 - 610 milhões de idosos;
- * 2025 - 1 bilhão e 100 milhões (para uma população global de 8 bilhões e 200 milhões).

O fenômeno do envelhecimento populacional, que se originou em países do primeiro mundo (continente europeu-França e Inglaterra), se aprofundará no próximo milênio:

- * 1975 - 25% dos velhos estavam em países em desenvolvimento;
- * 2000 - 60% dos velhos estarão em países em desenvolvimento ;
- * 2025 - 72% dos velhos estarão em países em desenvolvimento.

Nestes países a população jovem até 15 anos de idade, que em 1975 se constituía em 41% da população, será reduzida a 33% no ano 2000 e a 26% no ano 2025.

Em contrapartida, a população de idosos, que representava menos de 5% em 1975, será de mais de 7% no ano 2000 e 12% no ano 2025.

Nas sociedades em desenvolvimento, inclusive no Brasil, nas últimas décadas, houve um considerável aumento da expectativa de vida: de 40 anos, na década de 40, para 62 anos, na década de 90. Espera-se mais de 70 anos para 2025 e trinta anos mais para os nascidos nessa época.

No mundo em 1950, em cada 100 adultos (entre 16 e 59 anos) 45 eram jovens (até 15 anos) e 19 eram idosos (mais de 60 anos). No ano 2.000, nos mesmos 100 adultos existirão 35 jovens e 40 idosos. O envelhecimento populacional é um fenômeno demográfico há muito detectado nos países desenvolvidos, com cita Beavoir (1970, p. 247),

De todos os fenômenos e contemporâneos, o menos contestável, o de marcha mais segura, o mais fácil de ser previsto com grande antecedência e talvez o mais pejado de consequência é o envelhecimento da população.

E complementa Netto (1996, p. 88),

O aumento significativo do número de pessoas idosas em países pouco desenvolvidos, se deve em grande parte, ao alto índice de nascimentos durante as primeiras décadas deste século, associado a um progressivo decréscimo nas taxas de mortalidade e de fecundidade. O processo de envelhecimento de uma população é portanto, dinâmico: é preciso primeiro que nasçam muitas crianças; em segundo lugar, que as mesmas sobrevivam até idades avançadas e que, simultaneamente, o número de nascimento diminua.

Outro fator variável que influencia, retardando ou acelerando muito o envelhecimento de uma população - a migração, um problema de países onde existem regiões com grandes diferenças e oportunidades econômicas, que em geral, quem migra são pessoas mais jovens à procura de trabalho e de melhores condições de vida, saem de sua terra natal e aportam em regiões ou países mais ricos que oferecem mais e melhores oportunidades, ou regiões ou países a serem desbravados. Quando migram deixam para trás os familiares mais velhos. Isto leva a um aumento na proporção de idosos das regiões de emigração e a diminuição na

proporção de idosos nas regiões de imigração. Há um "rejuvenescimento" da área de destino e um "envelhecimento artificial" nas áreas de saída.

Quanto a migração que também é um fator que determina o "envelhecimento", no Brasil na década de 60 e 70 houve uma intensa migração do nordeste para o sudeste desenvolvido aonde a população nordestina vinha em busca de melhores condições de vida e de emprego. Como afirma Karsch (1999, p. 3),

O censo de 1980 mostrou que mais de 50% dos que migraram pertenciam à faixa etária de 15 aos 40 anos de idade e apenas 3% dos migrantes tinha 60 anos ou mais.

E paradoxalmente, os estados que apresentavam as maiores proporções de idosos no Brasil, Paraíba e Rio Grande do Norte, respectivamente 7,69% e 7,30%, eram estados muito pobres, com taxas de fecundidade e mortalidade infantil muito alta e baixa expectativa de vida ao nascer.

Seguindo esta tendência no Brasil tem-se registrado um crescimento rápido da população idosa. O panorama demográfico da população brasileira indica que a faixa etária a partir de 60 anos é a que mais cresce em termos proporcionais. De acordo com as projeções estatísticas da Organização mundial de Saúde - OMS, entre 1950 e 2025, a população de idosos no país deverá ter crescido quinze vezes enquanto a população total terá aumentado cinco vezes, o que colocará o Brasil em sexto lugar em termos de massa de idosos, com um contingente de 31,8 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, em 2025.

Com esse contingente de idoso, os problemas que hoje, o Brasil enfrenta, provavelmente acompanharão o mesmo ritmo de crescimento em 2025, se há problemas com a previdência, com a saúde, com o lazer, com a família, se nada for feito, eles terão proporções gigantescas de soluções quase impossíveis. Isto pode ser considerado para todos os contextos que abordam o envelhecer.

Por isso existe uma necessidade que o país se equipe para responder às demandas deste grupo etário em termos de instalações, de recursos materiais e humanos, de programas e projetos voltados exclusivamente para a solução dessas dificuldades, quer no âmbito público, privado, do Estado, como das organizações não governamentais e da própria sociedade, junto pensando hoje e projetando para o amanhã.

No Brasil, a problemática do idoso não pode ser generalizada, pois apresenta inúmeras singularidades, considerando-se a sua amplitude demográfica. Por outro lado, os contrastes culturais, a distribuição populacional e a diversificação da economia contribuem para as diferenças entre uma região e outra.

✦ Considerando, no entanto, a diversidade das condições sócio-econômicas da população brasileira nas diferentes regiões do país, toma-se difícil traçar um perfil do idoso brasileiro. De acordo com Hote (1999, p.206),

✦ Esse desenvolvimento sem coerência, em que o econômico e o social se apresentam, tão desordenadas, reflete-se nas condições contrastantes de envelhecimento na diferentes classes sociais. Enquanto o lavrador sem terra morre prematuramente nas periferias dos grandes centros urbanos, os desgastados operários da construção civil não tem esperança de viver até os 60 anos, a bem-cuidada senhora idosa de Copacabana passeia com seu cãozinho no calçadão à beira-mar e o jovem recém aposentado do setor Terciário faz suas corridas em parques ou praias das grandes capitais do país.

Com embasamento em leituras de jornais, revistas em outros tipos de leitura pode-se até dar um exemplo, enquanto na cidade de São Paulo como em outras capitais existe uma realidade de inclusão dos idosos na participação dos resultados das leis, benefícios e novas aquisições como entidades voltadas para atender a problemática do envelhecimento, apesar de não ser totalmente satisfatória, no interior e em outras regiões mais afastadas, estes benefícios chegam mais lentamente, quando chegam, devido às dificuldades diversas, de comunicação, de políticas, de interesses, etc.

✦ Esse quadro de uma velhice tão heterogênea tem produzido diferentes imagens de idoso no Brasil: marginalizado, precoce, pseudo-idoso, isolado, ativo e engajado. Embora apresentem características diferentes, todas essas imagens têm em comum o constrangimento de vivenciar, pelo menos uma dimensão de exclusão social.

Novas requisições estão sendo esperadas para essas próximas décadas pois a preocupação é grande em torno do envelhecimento. Segundo Netto (1996, p. 3) afirma que,

O certo é que este aumento acentuado do número de idosos, particularmente nos países em desenvolvimento, entre os quais situa-se o nosso, trouxe, como era esperado, conseqüências dramáticas para a sociedade e principalmente, para os gerontes. Há necessidades de se buscar as causas determinantes das atuais condições de saúde e de vida dos Idosos e de se conhecer as múltiplas facetas que envolvem o processo de envelhecimento, para que o desafio seja enfrentado por meio de planejamento adequado.

O idoso, enquanto ser integrante da sociedade, não pode ser colocado à margem desse processo. Observa-se no entanto que, ainda hoje, ele sofre discriminação social, ele é visto

o como um estorvo, algo já usado que não serve mais, mas este fato é justamente pelo não reconhecimento da sua importância e do seu potencial como elemento gerador de fatos e conhecimentos; sendo que o idoso é um agente detentor de conhecimentos, experiências, modos de agir; portador de idéias e ideologias; escritor de histórias, narrativas, poesias e toadas; pintor de imagens e matizes; realizador de atos folclóricos e populares. Uma sociedade deve perceber a importância do idoso, conforme comenta Cortela (1999, p. 75),

Uma sociedade que não percebe a importância do idoso não consegue ver a sua própria identidade. Pois o idoso é também um potencial consumidor de cultura. É dotado de sabedoria e experiência de vida. É grande conhecedor e participante da economia de um povo.

O crescimento da população idosa em todo o mundo, consequência dos avanços da ciência e recursos das modernas tecnologias, tem despertado a atenção e passa a ser também um alvo consumidor importante para os interesses do mercado capitalista. A população idosa aumentou em quantidade e, se crescer também em condição econômica, em breve deverá exigir e consumir melhor qualidade. Hoje, percebe-se um mercado diferenciado, indústrias farmacêuticas, de cosméticos, a moda, as editoras, as gravadoras, etc. estão investindo no seguimento idoso, prevendo ser ele, num futuro bem próximo, um excelente mercado consumidor, pois a população está envelhecendo rapidamente.

No entanto, o acesso a esses bens e serviços ainda é restrito a uma minoria privilegiada, em detrimento do grande número de idosos que ainda reivindica condições básicas de sobrevivência, pois o problema do envelhecimento no Brasil e no mundo é muito recente.

Os estudos sobre envelhecimento são recentes, pois até pouco tempo atrás esse país era considerado extremamente jovem.

Depois de muitas manifestações, reivindicações e outras formas de cobrar direitos e serviços, hoje os idosos de todo o Brasil já podem contar com algumas conquistas. São benefícios que têm ajudado no acesso e consumo de manifestações culturais e centros de lazer. Em muitos Estados e Municípios existem Leis e Decretos que garantem a gratuidade no transporte coletivo e a entrada nas casas de espetáculos, reduzida no preço ou até gratuita, para todas as pessoas com mais de 65 anos.

Outro fenômeno, crescente hoje, que vem contribuindo para melhorar o acesso dos

idosos à cultura e ao lazer, é o esforço conjunto de Associações, Entidades de prestação de serviços públicos e/ou privados, Universidades Federais e Estaduais, Núcleos de Pesquisa e Apoio, Agências de Turismo, agentes culturais etc., no sentido de proporcionar ao segmento idoso a oportunidade de serem produtores e consumidores de cultura e lazer, além de favorecer o acesso a serviços, antes inacessíveis. Os programas abertos, com atividades educativas, culturais, sociais, físicas, recreativas e de lazer, favorecem a aquisição e ampliação de conhecimentos, a mudança de valores e hábitos, a interação grupal e social; mas, principal e simultaneamente, ajudam a melhorar a auto-estima e a qualidade de vida.

Segundo Ferrari (1996, p.101),

As concepções a respeito do lazer são relativamente recentes e as condições históricas que as criaram são fatos novos no mundo contemporâneo. O tempo livre e sua ampliação constante fizeram irromper uma importante revolução social cujo processo se inicia. O lazer constitui hoje um fato social de alta importância, condicionado evidentemente pelo tipo de trabalho que, por sua vez exerce influência sobre ele, ambos formando um todo[...] O lazer representa hoje um valor. Ele possui relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política.

Constata-se, no entanto, que mesmo trazendo benefícios culturais, físicos e emocionais, a precária condição financeira de grande parte dos nossos idosos ainda limita sua participação.

Aliada a questão econômica está à contribuição histórica e cultural, o idoso é memória viva de um povo; ajuda a transmitir culturas regionais; traz para as novas gerações seus conhecimentos e suas experiências.

No Ano Internacional do Idoso 1999, verificou-se ainda que o país carece de uma política de valorização do ser velho, que estimule sua reciclagem, sua participação social, e uma educação continuada que favoreça a abertura de espaços para a aplicação dos conhecimentos acumulados. O período de 1975 - 2025 é considerado "Era do Envelhecimento". Isso significa que a taxa de crescimento da população global nos países desenvolvidos será de 21 %, a geriátrica de 54 % e nos países em desenvolvimento a global de 88 % e a geriátrica de 123 %.

Após essa discussão sobre a questão do envelhecimento da sociedade, no próximo item, abordar-se-á, a seguir, o a historia política de Previdência Social e da Aposentadoria e

suas reformas, onde será discutidas, as mudanças conjunturais e estruturais no âmbito da sociedade.

2.2 A História Política da Previdência Social e da Aposentadoria e suas Reformas no Brasil.

Para falar sobre a Reforma e a crise da Previdência Social brasileira, precisamos, primeiramente, entender a construção e a fundamentação de sua concepção no bojo das mudanças conjunturais e estruturais de nossa sociedade. Nesse sentido, convém identificar a origem da Previdência Social no Brasil até o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No Brasil o período da Velha República foi marcado pela hegemonia da oligarquia rural expressa numa economia agro-exportadora e numa intensa efervescência político-social. Nas primeiras décadas do século XX houve mobilizações populares dentre as quais se destacaram as greves de 1905, 1917 e 1919, assim como o Movimento Tenentista. As duas últimas greves continham em suas pautas de reivindicações o cumprimento do Tratado de Versailles, um acordo firmado no pós-guerra, segundo o qual os países ocidentais obrigavam-se a estabelecer sistemas de proteção social.

Foi nessa conjuntura que se verificou o marco inicial da Previdência brasileira como legislação social, através da promulgação da Lei do Acidente do Trabalho (1919) e da Lei Eloy Chaves (1923), dando início às Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Tratava-se de um sistema contributivo do qual participavam empregados e empregadores organizados por empresas, estendido de forma gradual, em conformidade com as categorias profissionais mais expressivas politicamente e estratégicas economicamente.

A Revolução de 1930, configurada no Estado Getulista, possibilitou a passagem da economia agro-exportadora para a urbano-industrial, o que permitiu à classe burguesa emergente partilhar a gerência do Estado.

Esse período foi marcado pelo aprofundamento do modelo corporativista e por uma política favorável à industrialização, a partir de 1937. Tendo em vista a sua legitimação, o Poder Público buscou apoio na classe operária, o que suscitou a elaboração de uma legislação social e de proteção ao trabalho com vistas à regulamentação da questão social, através da

incorporação de algumas demandas sociais, do controle operário e atrelamento dos sindicatos aos organismos estatais.

É nesse contexto que se compreende a constituição da Previdência Social como política pública, a partir de 1933, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, IAPs, estruturados no sistema tripartite (com a incorporação do Estado), tanto no seu aspecto contributivo como em seu gerenciamento. Esses institutos contavam com a presença dos sindicatos nos seus conselhos administrativos.

Os IAPs foram organizados como as Caixas de Aposentadorias e Pensões-CAPs, por categorias profissionais, e, embora mais abrangentes, deixaram à margem os trabalhadores rurais e os empregados domésticos, devido às dificuldades de organização destes segmentos e à sua posição no sistema econômico.

No final do governo de Juscelino Kubitschek (1960), após 13 (treze) anos de discussão no Congresso Nacional, foi promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social-LOPS, que deu uniformidade aos benefícios e serviços previdenciários, mantendo os Institutos pela complexidade dos interesses em jogo.

A Previdência, em sua construção, foi incorporando alguns elementos que definiram os seus formatos. Sendo assim, destaca-se em primeiro lugar a centralização promovida em 1966, pelos governos militares, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social-INPS, que deu origem ao gerenciamento técnico-burocrático "apolítico", com a dissolução da participação dos sindicatos no interior do organismo institucional e com a extinção dos conselhos administrativos. Com o Instituto Nacional de Previdência Social-INPS, acentuou-se a compra dos serviços médicos privados de saúde, privilegiando a assistência individual em detrimento da coletiva e propiciando a expansão da indústria, farmacêutica e de equipamentos médicos.

Nessa nova conjuntura nacional delineada pelos governos militares, houve a mudança do modelo econômico concorrencial para o monopolista, com o aprofundamento da abertura ao capital estrangeiro, o que ensejou mudanças no processo tecnológico de produção e criou a necessidade de um novo mercado consumidor. Por outro lado, o modelo exigiu o controle da população pelo esvaziamento das reivindicações sociais e pelo rebaixamento salarial. Isto ajuda a explicar os motivos da ampliação da política previdenciária, acionada como mecanismo compensatório. Sendo assim, destacou-se no período:

- a) a incorporação do Seguro de Acidente de Trabalho-SAT em substituição ao Seguro Privado de fins lucrativos;
- b) o Funrural (1971);
- c) a inclusão dos autônomos e domésticos (1972/1973);
- d) a criação da renda mensal vitalícia e do salário maternidade (1974);
- e) a concessão de benefícios, através do Funrural, aos trabalhadores rurais acidentados (1974);
- f) a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social-MPAS (1974).

Em 1977, o governo militar reorientou a Política Previdenciária e alterou a sua estrutura organizacional, com a criação do Sistema Nacional de Previdência Social-SINPAS, que foi mais uma racionalização técnico-administrativa, tendo como consequência a extinção dos Centros de Serviço Social local onde se prestava os serviços assistenciais e a transferência dos programas de atendimento ao excepcional e ao idoso para a LBA. Isto veio confirmar o caráter de um seguro social regido pela lógica da relação contribuição-beneficiários.

A exaustão do período militar, delineada por uma crise econômica de vasta proporção em razão do endividamento externo e do arrocho salarial, ensejou mobilizações populares que pressionaram o Estado para o restabelecimento das liberdades democráticas. Em 1985, o governo militar responde com um processo de distensão e abertura política, arquitetado de forma lenta, gradual, e segura, culminando na Nova República, erigida de forma controlada, via Colégio Eleitoral. Como consolidação desse processo, em 1988, é elaborada a Nova Constituição, onde a Previdência Social é definida como direito social no âmbito da Seguridade Social assentada no tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social. Esse tripé, ao segmentar a população em lógicas diferenciadas, Saúde para todos; Previdência para quem contribui e Assistência Social para quem necessita, contraria a própria concepção dos direitos sociais, pela configuração de uma cidadania regulada.

A Previdência, através da Lei Magna, ampliou direito, universalizou a cobertura e tornou equânimes os regimes urbano e rural, reafirmando a competência do poder público para organizar a Seguridade Social, não obstante a sua desobrigação do custeio permanente.

Com isso, ao longo de sua história, a política previdenciária guarda relação com o movimento estrutural e conjuntural de cada momento histórico da sociedade brasileira, expresso em suas diversas políticas econômicas e na correlação de forças que se estabelece.

Nesta trajetória, a política previdenciária tem como características básicas constitutivas o paradoxo entre a reprodução de força de trabalho e a incorporação de direitos sociais, ora tendendo à universalização de cobertura e ampliação dos benefícios e serviços, ora tendendo a uma restrição dos mesmos com base na Seguridade ou na concepção restrita do Seguro Social.

Segundo Cartaxo (1995, p. 60),

[...] o seguro social tinha por finalidade apenas a cobertura da população assalariada, por meio de uma relação jurídica contratual, em que os benefícios correspondem à contribuição efetuada e não à necessidade.

Notamos que a concepção de Seguro Social que prevaleceu ao longo de toda a história da previdência no Brasil continua até os dias atuais, apesar das alterações que ocorreram em sua concepção.

Verificamos isso quando, em 1990, a criação do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) substituiu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), "onde acreditamos que houve uma afirmação da lógica previdenciária com base no seguro social" (CARTAXO, 1995, p. 63), evidenciando um retrocesso no que concerne à construção de um real sistema de proteção social.

Além disso, apesar do alargamento da ação do Estado com a Constituição de 1988, percebemos, a partir da década de 90, pressões externas relativas ao pagamento da dívida, exigindo cortes nos gastos públicos, a privatização de serviços públicos e de empresas estatais e a realização de reformas no sistema de Seguridade Social brasileiro, a partir das propostas de reforma econômica. Dentre delas destaca-se, a Reforma da Previdência.

De acordo com Mota (1995, p.146),

[...] apesar de o texto da Constituição de 1988 conter princípios que garantem a universalização da Seguridade Social, observamos que a emergência de novos processos políticos, ao lado do agravamento da crise econômica, gera um movimento, por parte do grande capital e da burocracia estatal, que procura negar aquelas conquistas obtidas, sob a alegação da necessidade de adequação do modelo de Seguridade Social às atuais reformas econômicas do país.

Além da crise econômica já existente no país desde a década de 80, os avanços em relação aos direitos sociais a partir da Constituição de 1988 começaram a ser ameaçados pelas

propostas de reforma econômica na década de 90, com a chegada das medidas de cunho neoliberal difundidas a partir do Consenso de Washington.

Como afirma Mota (1995, p. 147),

O processo de mudança na Seguridade Social brasileira desenvolveu-se no bojo das mudanças enfrentadas pela sociedade brasileira, nas últimas duas décadas, marcadas por significativas alterações na sua estrutura social, nas relações entre as classes e destas com o Estado.

Todavia, é a partir do final da última década, no contexto de um movimento de dimensão internacional, ancorado no neoliberalismo, sob direção dos países capitalistas centrais e amplamente defendido pela mídia, pelos organismos financeiros e de cooperação internacional e pelas grandes corporações empresariais, espalhadas em todo o mundo, que as mudanças começam a ser implementadas.

Percebemos que durante toda a história da Previdência Social, ouvimos falar de crise no sistema. Essa crise motivou inúmeras modificações e reformas em sua estrutura sem, no entanto, resolver definitivamente suas causas, como por exemplo, o desvio de dinheiro para financiamentos externos, a sonegação e as fraudes. Pelo contrário, observamos a utilização de medidas que apenas atenuaram a situação durante um curto período de tempo, não obtendo êxitos efetivos.

Segundo Pedroza (1995, p. 30),

[...] a imprevidência e a falta de visão política de muitos, somadas à conivência inerente ao relacionamento promíscuo de sucessivas administrações com os setores interessados na exploração lucrativa da previdência contribuíram decisivamente para as "reformas inadequadas", de caráter protelatório, de natureza temporária e diversionista, inoperantes em relação às verdadeiras causas da crise.

Em 1992, já no contexto neoliberal, surgiu a primeira tentativa de reforma da Previdência Social, trazendo em seu bojo a proposta de reforma estrutural indispensável à estabilidade econômica do país. Na prática, porém, ela não se viabilizou. Houve nova tentativa em 1994, mas, por ser época eleitoral, os parlamentares federais e o Poder Executivo recuaram do processo revisório, pois temiam não serem reeleitos.

Em março de 1995, o novo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, apresentou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional, PEC 21/95 trazendo sérias modificações na Previdência Social sem discussão prévia com a sociedade civil. Esta proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados em dois turnos de votação, tendo

sido remetida no final de agosto de 1996, ao Senado Federal onde o Senador Beny Veras (PSDB) apresentou, em maio do mesmo ano, algumas alterações à proposta, que retornou à Câmara dos Deputados de acordo com o projeto inicial do governo.

Depois de muitas idas e vindas entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, a proposta de reforma retornou à Câmara em fevereiro de 1998, onde o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição de nº 33-1/95, que modifica a parte relativa à Previdência Social no Capítulo da Seguridade Social, foi votado e aprovado em primeiro turno, após as negociações para garantir os votos dos parlamentares.

A votação do essencial da reforma ia se dar em separado, estando prevista para o mês de julho; porém, não foi votada devido à falta de quórum, sendo adiada para depois das eleições do mês de outubro, conforme pesquisa realizada por Defrein (1999). Com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso em outubro de 1998, todas as propostas de reforma que estavam paralisadas foram retomadas.

Segundo o DIAP (1997, p.16),

A chamada Reforma da Previdência é a proposta de emenda constitucional, elaborada pelo governo FHC, com a pretensão de subtrair, acrescentar e alterar normas que regem o sistema previdenciário brasileiro, a pretexto de sanar sua crise permanente, através de mudanças na Constituição Federal que permitam aos atuais governantes “ajustar” todo o sistema às suas próprias políticas e projetos de poder.

A aposentadoria é uma das mais importantes conquistas do trabalhador, um reconhecimento de seu valor como cidadão, uma justa recompensa pelos longos anos de cooperação para com o progresso social. É preciso que haja uma reestruturação para que os idosos não sejam excluídos desse processo pois não obstante, quando o tempo da aposentadoria se aproxima, o trabalhador começa a sofrer angústias e aflições, ao invés de satisfação e tranquilidade. Seu poder aquisitivo diminui de forma irreversível e suas preocupações aumentam.

É preciso que haja uma responsabilidade social, objetivando a participação social do idoso e aposentado, entendendo que todas as mudanças alcançadas beneficiarão não só o próprio idoso e aposentado, mas sim toda a sociedade, fazendo com que encare essa nova fase de vida que, se bem vivida, resgatará a verdadeira cidadania dessa faixa etária.

Sem contar que a previdência Social está em crise há muito tempo. Conforme afirma Ribeiro (1999, p. 25),

Hoje, o aposentado é visto como um mal a ser erradicado. A administração financeira exige cada vez mais a supressão dos benefícios adquiridos, e pressiona para que os próprios segurados voltem a contribuir para financiar os rombos da Previdência. Déficit esse que penaliza não apenas os aposentados, mas também os assalariados.

Como pode o idoso aposentado ser um mal a ser erradicado, se é a população que mais cresce, no Brasil e no mundo e existe um mercado inexplorado em vista, além do que um aposentado pode não ser um idoso, como idoso pode não ser aposentado.

Existe um novo horizonte, pois até bem pouco tempo atrás, envelhecer no Brasil era sinônimo de dependência. Os idosos eram vistos como um fardo para os filhos e para a sociedade. Nos últimos dez anos, contudo, sem que ninguém percebesse, o jogo começou a virar. Uma detalhada pesquisa recentemente concluída pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou o que seria impensável há alguns anos: os brasileiros com mais de 60 anos vivem, hoje, em condições bem melhores que os jovens.

Mas o fenômeno é mais profundo. Enquanto o padrão de vida dos idosos melhorou, os jovens foram sendo apanhados pela crise econômica. A gangorra social acabou por provocar uma revolução nas relações familiares nesta última década. Se antes eram os filhos que bancavam o sustento dos pais idosos, hoje a situação é radicalmente diferente. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que a turma de mais de 60 anos é responsável por 45% do orçamento dos lares onde vivem com seus filhos. Quando o idoso é o chefe da família, essa contribuição sobe para 69%.

Mas como os velhos estão numa rota ascendente se o governo não reajusta as aposentadorias há tanto tempo? Não se trata de um retrato falso da situação dos idosos brasileiros, é preciso deixar claro o seguinte: não se está afirmando que a maioria dos idosos brasileiros tenha alcançado, por exemplo os confortáveis padrões americanos e europeus. O estudo registra uma melhoria relativa nos indicadores. Foi essa faixa da população que registrou os índices mais favoráveis de melhora de condições de vida nos últimos anos. Boa parte do avanço se deve à aplicação das aposentadorias, que foram estendidas a uma parcela bem maior da população a partir da Constituição de 1988. Em 1970, 20% das pessoas acima de 60 anos não tinham nenhum rendimento. Em 1998, essa proporção estava reduzida a 2,4%.

Entre as mulheres, as mudanças foram ainda mais expressivas. Entre 1986 e 1998, o número de mulheres idosas com renda superior a dez salários mínimos dobrou. No mesmo período, o percentual de homens que recebiam menos de meio salário mínimo despencou de 18% para 3%.

Além disso, houve melhoria nos serviços de saúde e nos hábitos alimentares da população, e isso influenciou na qualidade de vida dos mais velhos. Muitos estão ficando mais tempo no mercado de trabalho, o que tem contribuído para uma elevação significativa de sua renda. O resultado é a participação crescente dos idosos no orçamento familiar.

A criação de novos impostos não pode ser apontada como solução enquanto não houver uma política voltada para o aperfeiçoamento e o cumprimento das regras do Instituto Previdenciário, que encaminhe adequadamente os recursos, que evite o desvio de verbas, as falsas indústrias da fome ou das enchentes, que impeça anistias indevidas e que prove maior eficiência no combate a sonegação em todos os níveis. Além do que, os representantes do povo no governo há muito deixaram de se preocupar com a realidade da Previdência, votam reformas, discutidas em gabinetes, que atendem mais seus interesses do que aos dos aposentados.

A solução dessa crise depende de um Congresso forte, que tenha coragem de aprovar mudanças que realmente coloque o país num caminho de justiça social e desenvolvimento. Cabe também aos aposentados de todos os setores se unirem na defesa de seus direitos e de sua dignidade, para que as gerações futuras tenham melhores oportunidades.

Também no setor da Previdência Social vive-se uma crise de financiamento. Estudo do governo revela que, mantida a tendência atual, no ano 2020 o déficit será equivalente a 2,5% do PIB e, em 2030, a 4,2%. Os sistemas previdenciários são classificados quanto à sua forma de organização em Sistemas de Repartição Simples, Sistema de Capitalização e Sistema de Capitalização Misto. No Brasil como o sistema adotado, é de Regime de Repartição Simples, onde os recursos dos contribuintes atuais são destinados a cobrir os gastos com os aposentados.

O envelhecimento da população agrava muito esta condição, pois, a população economicamente ativa está decrescendo mais do que a população dependente - crianças e idosos somados. Progressivamente, o envelhecimento da população brasileira levará a um aumento dos trabalhadores inativos em relação ao número de trabalhadores ativos. Como o

esquema previdenciário no Brasil, é do tipo solidário, em que a contribuição dos ativos paga à aposentadoria dos inativos, o financiamento da Previdência se tornará ainda mais difícil.

De acordo com Ferrari (1996, p. 101),

A aposentadoria também pode ser marcada pela ausência de papéis sociais a serem desempenhados, a inexistência de novos planos e objetivos para a vida nesta fase, a representação negativa que é feita da velhice, fatores esses que contribuem para que se inicie neste momento o processo de isolamento social das pessoas que por direto chegam à aposentadoria.

Nas últimas décadas, passamos por radicais transformações econômicas, políticas e culturais, permitindo-nos falar sobre uma nova ordem mundial, e apontando para um novo projeto civilizatório de políticas públicas, em que o envelhecimento populacional constitui-se na grande conquista desse final de século.

Após resgatar o contexto histórico da Reforma do Estado na Previdência, da questão do envelhecimento da sociedade e da aposentadoria no Brasil, pretendemos, no próximo capítulo, aliar teoria e prática, revelando os dados levantados para responder a questão investigada – qual o impacto da Reforma do Estado na Previdência no cotidiano da população. Para isso será apresentada, em primeiro lugar a caracterização do Município de Rio Claro/SP e em seguida será esclarecida a metodologia adotada no decorrer dessa investigação. Finalmente, a partir das teorias levantadas e das respostas dadas pelos idosos pesquisados, refletiremos sobre os resultados obtidos neste trabalho.

CAPÍTULO III

3 O COTIDIANO DA POPULAÇÃO IDOSA (PROJETO “CENTRO DIA DO IDOSO” NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO / SP)

3.1 Caracterização do Município de Rio Claro / SP e do Projeto “Centro Dia do Idoso”

Rio Claro foi fundado em 10 de junho de 1827 e, em 1845, tornou-se município. Tem como padroeiro São João Batista e comemora seu aniversário no dia 24 de junho. Possui uma área de 499,9 Km², localizada a leste do Estado de São Paulo. A cidade está distante da capital 157 km em linha reta e 173 km através das rodovias Bandeirantes, Anhanguera e Washington Luiz.

Situada na região de Campinas (segundo pólo industrial do Estado), faz parte de uma micro-região bastante desenvolvida e em constante expansão econômica. Rio Claro encontra-se a 240 km do porto de Santos, a 85 km do Aeroporto Internacional de Viracopos e a 200 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos, na região metropolitana da capital.

A sede do município está a uma altitude de 613 m (marco zero do IBGE). O clima caracteriza-se por estiagens de inverno (junho a setembro) e chuvas de verão (dezembro a março). O relevo é predominantemente plano e a vegetação natural é composta por cerrado, porém restrita a algumas áreas de proteção ambiental (APA).

A contagem nacional da população do IBGE, realizada em 1996, indicou para Rio Claro a população total de 153.389 pessoas, sendo 148.628 na zona urbana e 4.761 na zona rural. A estimativa para 1998 do IBGE era de uma população total 160.363 habitantes. Segundo dados recentes, a população idosa do município é de 12% do total de habitantes, por esta questão, existe todo um programa voltado a atender essa população citada.

Próximo a área urbana encontra-se o Horto Florestal, com uma área de 2.314,80 ha, composto por vegetação nativa e áreas reflorestadas com eucalipto. O município está inserido na Bacia do Rio Corumbataí, que deságua no Rio Piracicaba, o qual estará integrado na

construção da Hidrovia Tietê-Paraná, que virá a favorecer a cidade nos relacionamentos com o Mercosul.

A área rural de Rio Claro está voltada economicamente para o cultivo e colheita da cana-de-açúcar, cítrica e pastagens. A sede do município conta com serviços públicos de ordem municipal, estadual e federal.

Quanto à educação, Rio Claro possui escolas e centros de educação infantis mantidos pela Prefeitura, escolas estaduais e particulares, escolas profissionalizantes e unidades do SESI (Serviço Social da Indústria), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio). No nível universitário são oferecidos vários cursos através de dois institutos da Universidade Estadual Paulista (pública) e das Faculdades Claretianas (privada).

Para o desenvolvimento de sua vida cultural, a cidade possui equipamentos disponíveis e espaços como museus, cinemas, teatro, arquivo público, clubes e associações recreativas, áreas de lazer, bares e restaurantes.

No que se refere ao saneamento básico, 100% das residências possui água encanada e 99% conta com rede de esgoto. A coleta de lixo atende a 95,3% dos domicílios. A Elektro é a empresa responsável pelo abastecimento de energia elétrica na cidade. É preciso ressaltar que a capacidade de abastecimento de água e energia elétrica permite suportar um maior contingente populacional, bem como a expansão do Distrito Industrial.

Na saúde pública, o município está dinamizando sua infra-estrutura. Rio Claro possui os hospitais (sendo um deles psiquiátrico), maternidade, 07 unidades básicas de saúde, 02 centros de saúde, prontos-socorros, centro de vigilância sanitária, centro de zoonoses, centro de habilitação infantil e saúde do trabalhador. Há ainda programas específicos como o DST-AIDS.

Rio Claro possui uma rede de transportes composta por ferrovia, rodovias, estradas vicinais, terminal rodoviário e um aeroporto regional com 1.500 m de pista, próprio para pouso de pequenas aeronaves. O incentivo às pequenas empresas é feito através de uma incubadora industrial -Projeto Nido - que oferece oportunidade para aqueles que desejam iniciar uma empresa, mas não dispõem de muito capitais e infra-estrutura.

Com equipamentos e características positivas, Rio Claro vem conseguindo, nos últimos anos, manter um lugar de destaque no cenário nacional, tendo sido apontada pela

Revista Exame (1996), como a melhor cidade de porte médio do país para receber investimentos industriais.

Nos últimos 3 anos os empreendimentos vêm aumentando, pois foram reformulados os incentivos às empresas com o objetivo de dar à população mais empregos e novos recursos, garantindo, assim, melhores condições sociais e, acima de tudo, qualidade de vida, referência primeira de Rio Claro.

A problemática do envelhecimento é mundial, mas apresenta-se de forma acentuada em algumas regiões ou municípios com o caso de Rio Claro. Assim diz Guidugli (2001, p. 20),

Os dados divulgados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico, nos seus sucessivos censos mostra mudança. Entre 1940 e 1960 a população total do município cresceu apenas em 26,6% enquanto o total da população com 60 anos e mais aumentou em 81,0%. Assim, encerramos 1960 com um total de 59,843 habitantes e 4.289 idosos. Entre 1970 1991 o aumento da população total foi de 77,0% enquanto a dos idosos de 133,2%. Além dista o crescimento das pessoas mais idosas, ou seja, com 70 anos e mais de idade, está mais veloz que aquele das pessoas entre 60 e 69.

Assim é que entre 1970 e 1991 enquanto estas últimas apresentaram um crescimento de 121,7% aquelas com 70 anos e mais de 152,0%. Por outro lado, no contexto do estado de São Paulo e de cidades de porte demográfico similar (entre 150/180.000 habitantes), Rio Claro é o município classificado em 2º lugar perdendo apenas para o de São Caetano do Sul, na região Metropolitana de São Paulo. Para o censo de 2000, que está para ser divulgado, estes valores serão mais acentuados. Continuaremos assim neste processo de envelhecimento até aproximadamente 2040 quando, então, os comportamentos demográficos começarão a tomar novas direções e feições. Mas o que explica estas mudanças?

Estamos isolados neste processo?

Segundo fontes do SEADE - Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, em termos de população por região do Estado de São Paulo, apresenta a região de Rio Claro como a de maior índice de idosos com 12 %. Em Rio Claro, o contingente é de 14.797 quatorze mil, setecentos e noventa e sete idosos acima de sessenta anos.

O idoso caracteristicamente, tomou-se um grupo populacional fragilizado, cuja rotina de vida revela-se segregatória, solitária, ociosa e com acentuada exclusão do convívio social e familiar. O quadro agrava-se ainda considerando-se o enfraquecimento dos grupos primários de apoio ao idoso: redução do tamanho das famílias, mudança das funções dos membros da

família, urbanização, vizinhança menos solidária e outros aspectos como: individualismo, mudança de valores, dificuldades econômicas, problemas de saúde, etc.

O trabalho com a 3ª Idade teve início com a terminologia Idoso, no ano de 1978. O órgão responsável pelo trabalho era o Consórcio Intermunicipal de Promoção Social da Região Centro Paulista (CIPS), com sede em Rio Claro, atualmente extinto. Esse assessorava os Municípios de: Analândia, Cordeirópolis, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Santa Gertrudes e Rio Claro.

Os primeiros grupos de idosos que surgiram na Região sob a assessoria do consórcio os de: Ipeúna, Cordeirópolis e Itirapina. Para subsídio financeiro e técnico, o CIPS, estabeleceu parceria com a extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência com sede em Piracicaba.

Outros órgãos foram se interessando por esse trabalho, e em agosto de 1982, surge a parceria com a Secretária de Promoção Social do Estado de São Paulo através do Pró-Idoso, o que oportunizou a ampliação da Equipe Técnica e Administrativa com a contratação de enfermeiras, Assistentes Sociais, monitoras e Terapeuta Ocupacional. Com isso os grupos foram sendo nucleados em Rio Claro, e crescendo interesses de pessoas até mais resistentes e acomodadas, em participarem das reuniões semanais e atividades sócio-recreativas e educacionais.

O movimento foi crescendo, tornando proporções numéricas, tanto que os grupos foram encontrando espaço para a realização de reuniões semanais em : Salões Paroquiais, equipamentos da Prefeitura e em outros da comunidade.

As atividades aconteciam de acordo com interesses e necessidades dos grupos, tendo periodicamente a supervisão da Equipe Técnicas e Monitoras.

Em 1982, acontece a "1º confraternização dos grupos de idosos de Rio Claro e Região", iniciando-se assim a comemoração do que hoje se denomina "*Semana do Idoso*".

Nessa década também, surgiu o "*1º Concurso de Miss*", onde cada candidata mostrava toda a sua criatividade, pois os trajes eram caracterizados de acordo com suas preferências e dos Grupos, levando em considerações seus níveis sócio econômico culturais. Esse evento aconteceu no bairro de Cascalho, Município de Cordeirópolis. Disso, surge o Concurso Rei e Rainha, o qual atualmente está sendo resgatado e será comemorado na "*Semana do Idoso*", no fim dessa década (1999).

Nesse movimento da 3ª Idade, destaca-se no município, o padre Augusto Casagrande, que era superintendente do consórcio, e o grande incentivador. Tornando-se também Diretor Espiritual de todos os Grupos, insistindo sempre na importância da solidariedade entre os idosos para combater o grande inimigo da 3ª Idade: A Solidão.

Com a ampliação dessa Equipe, foi possível periodicamente trabalho com idosos internos em Abrigos da Velhice de Rio Claro. Sempre que possível ou em comemorações em datas especiais, acontecia a integração entre grupos e esses com Idosos Abrigados.

Com o encerramento das atividades do Consórcio em 1985, o trabalho social que já passava a ser denominado “3ª Idade”, e contava com 06(seis) Grupos organizados nos bairros mais tradicionais de Rio Claro passa para a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Rio Claro. Assim o trabalho novamente foi ampliado e outros grupos foram sendo organizados.

Em 1987, Rio Claro já contava com 12 Grupos de 3ª Idade e o Governo, criou o Conselho Estadual do Idoso, sendo que em Rio Claro foi implantado o Núcleo Regional do Idoso (2º do Estado), com finalidade também de agrupar novamente os Grupos da região, e incentivar políticas de atendimento ao idoso.

Na década de 90, continua crescendo o movimento, agora com novas terminologias, ou seja, “3ª Idade”, “Maioridade”, e a mais atual “ Melhor Idade”. Em Rio Claro, naquela década, há 32 Grupos em atividades e mais um em mobilização preste a instalação. O universo “Melhor Idade” de Rio Claro, atinge naquela data aproximadamente 1.500 pessoas.

A partir de 1991, a Prefeitura Municipal de Rio Claro nomeia uma comissão de representantes de órgãos públicos e da Comunidade, para elaboração do Ante-Projeto de lei que criaria o COMAI (Conselho Municipal do Aposentado e Idoso) com a competência de formulação e fiscalização das políticas de atendimento ao idoso.

Em 24 de outubro de 1992, a Prefeitura de Rio Claro inaugurou o CEMCI – Centro Municipal de Convivência do Idoso “*Pe. Augusto Casagrande*”, concretizando um anseio dos grupos de 3ª Idade, em conquistar uma sede para atividades conjuntas desses grupos e/ou integradas com meio interno e outras faixas etárias. Em 1997, foi composto o 1º COMAI – LEI 2484 e o Núcleo Regional de Idosos foi extinto.

Em agosto de 1998, inicia-se a reforma e ampliação deste Centro de Convivência com objetivo de adequá-lo também para atendimento a 100 idosos de baixa renda em regime de Centro Dia, propiciando um espaço alternativo de convivência social, participação em

atividades ocupacionais e culturais, atendendo a necessidades distintas, sem desvinculação do contexto familiar.

Assim desde a década de 70 até a de 90, o segmento “Melhor Idade”, têm-se preocupado e se engajado em processos de cidadania através da participação efetiva em campanhas sociais junto ao Fundo Social de Solidariedade e outros da Comunidade.

Esses Grupos participaram efetivamente da implantação do “*Projeto Centro Dia do Idoso*”, dentro do contexto CEMCI. Através de levantamento de fundos para construção de uma sala de ginástica e alguns equipamentos específicos para essa modalidade.

Os programas CEMCI / C.D.I., são da Secretaria Municipal de Ação Social, com apoio do Fundo Social de Solidariedade de Rio Claro, Conselho Municipal do Aposentado e Idoso (COMAI), e com parcerias como Secretária Municipal de Esportes e Recreação de Rio Claro (Secretária do Estado dos Negócios de Esporte e Turismo).

Através do Fundo Social de Solidariedade com parcerias das Secretárias Municipais: Ação Social / CEMCI e Esporte iniciam-se a participação efetiva da Melhor Idade nos Jogos. Outro evento dentro dessa década, foi a realização do “Concurso Miss Rio Claro 3ª Idade”.

Tanto os Jogos Regionais, Estaduais e os Concursos de Miss, são Projetos do FUSSESP com participação dos Fundos Sociais do Interior. Em todos os eventos, nota-se o crescimento de entusiasmo participante, e a valorização da pessoa enquanto processo de maturidade e o amor pela vida, por melhor qualidade dessa, compartilhada com novos amigos e trocas de experiências.

À medida que cresce o entusiasmo pela participação dos Grupos já existentes, e o aumento da demanda, e em contrapartida a oferta da Equipe Técnica, torna-se inviável a atuação direta “in loco” nos grupos, então cria-se novas alternativas de Programações que espera-se dar bons resultados e melhoria na qualidade de vida da pessoa idosa, conforme as que seguem:

- *Projetos e Programações Desenvolvidas, no Centro Municipal de Convivência do Idoso Pe. Augusto Casagrande:*

* *PROJETOS:*

- 1) Atenção à 3ª Idade.
- 2) Atividade Esportivas.
- 3) Atividades Recreativas para 3ª Idade.

- 4) Centro Dia do Idoso.
- 5) Atendimento de denúncias de maus tratos a idosos.

** PROGRAMAÇÕES:*

- 1) Semana do Idoso.
- 2) Concurso Literário para Melhor Idade.
- 3) Mostra Cultural.
- 5) Integração de faixas etárias.

O município atualmente possui 34 grupos de Terceira Idade, cujos integrantes cerca de 2000 (dois mil) buscam ocupar seu tempo com atividades que ressaltam sua auto-estima e a satisfação pessoal. O Plano Municipal de Assistência Social de Rio Claro enfoca um programa prioritário de atendimento a este segmento, que é o “Centro Dia do Idoso” que engloba diversos projetos:

A) Meta – Atender diariamente 100 idosos / dia, a partir de 60 anos de 2ª à 6ª feira das 8:00 às 17:00 horas.

B) Critérios de Elegibilidade – Para fins de atendimento das Ações Programáticas são elegíveis os idosos à partir de 60 anos de idade em boas condições físicas e capacidade de deambulação com renda familiar de 02 salários mínimos e aceito no Programa após tiragem sócio-econômica e se necessário entrevista domiciliar.

C) Objetivos – Prevenir o isolamento social desenvolvendo atividades que propiciem a manutenção do seu papel na sociedade, a valorização / da auto estima, desenvolvimento da solidariedade e a luta pelos seus direitos. Estimular o fortalecimento de práticas associativas, produtivas, desenvolvendo atividades de capacitação através de oficinas abrigadas de trabalho. Propiciar o fortalecimento de laços familiares prevenindo o asilamento e a melhoria de sua convivência na família.

D) Estratégia – O Centro Dia propõe uma programação organizada em módulos de comunicação, saúde mental, lazer, agricultura natural, práticas esportivas, artes cênicas, artes plásticas, recreação, atividades culturais, buscando como novo projeto a melhoria da qualidade de vida. Estas abordagens se darão através de reuniões, palestras, dinâmicas de Grupo e levantamento de interesses.

E) Equipe interdisciplinar – 01 Coordenador técnico; 01 Assistente Social ; 01 Psicólogo; 01 Professor de Educação Física; 01 Professora de alfabetização; 01 Técnica de Enfermagem; 01 Coordenadora Administrativa; 01 Auxiliar administrativa; 01 Cozinheira; 01 Auxiliar de cozinha; 02 Serventes; 02 Vigias e 01 Motorista.

O Centro Dia para idosos é um espaço que propicia atendimento as necessidades básicas da população citada, motiva-las a exercer sua cidadania e melhorar sua qualidade de vida. Uma equipe de profissionais estará voltada para planejar desde a admissão, permanência e acompanhamento aos idosos que serão selecionados. Aos Grupos de 3º idade essa equipe dará assessoria nas várias atividades e aos idosos em situação de risco o devido acolhimento.

É no contexto histórico da Reforma do Estado na Previdência, da Aposentadoria no Brasil e da questão do Envelhecimento na sociedade, que o próximo procurará esclarecer a metodologia adotada para responder a questão investigada – qual o impacto da Reforma do Estado na Previdência no cotidiano da população. Após essa breve abordagem será apresentado o resultado obtido com essa investigação.

3.2 Percurso metodológico

A pesquisa realizada e cujos resultados relatamos nesse TCC, tem como objetivo compreender os impactos da reforma do Estado no setor da Previdência Social no cotidiano da população, ou seja, se essa reforma providenciaria trouxe benefícios para os aposentados, ou se esta reforma trouxe prejuízo para os trabalhadores aposentados, passando uma falsa idéia de melhoria no setor previdenciário, subordinando-se à lógica do mercado.

Realizada no Projeto “Centro Dia do Idoso”, da Prefeitura Municipal de Rio Claro/ SP, a pesquisa nasceu, de um projeto inicial de uma Bolsa de Iniciação Científica CNPq/PIBIC, coordenada pela Profª. Dr.ª Ivete Simionatto, com o tema “Mercosul e Reforma do Estado : Implicações nas Políticas Públicas”, que identificava as principais consequências da Reforma do Estado, ocorridas na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, destacando a política de Previdência Social. Nesse projeto, procurou-se também analisar o rumo das reformas, o papel que as agências multilaterais vêm assumindo nesse processo e o novo perfil

adquirido pelo Estado, sociedade civil, políticas públicas e mercado em cada um dos países anteriormente citados.

Inicialmente, elaborou-se uma revisão bibliográfica para obtenção de informações e dados em artigos, livros, documentos, entre outros, com o intuito de um melhor entendimento dos pontos a serem pesquisados. A partir dessa revisão bibliográfica identificamos, de um lado os fundamentos dos projetos Reforma do Estado em seus pontos convergentes e divergentes para a Previdência Social, e de outro, os impactos dessa reforma no cotidiano da população aposentada.

A partir dessa revisão de literatura escolhemos a entrevista como instrumento de pesquisa. Essa escolha se deu porque a consideramos a técnica mais adequada na coleta de dados pretendidos, especialmente os qualitativos. As entrevistas realizadas foram do tipo *estruturadas*, ou seja, com perguntas previamente formuladas. Assim, para a coleta dos dados, elaborou-se um formulário com perguntas abertas, que têm uma livre resposta, de modo a registrar tanto aspectos ligados a variáveis sociais e econômicas quanto aspectos relacionados à percepção do entrevistado acerca da aposentadoria. Assim trata-se de um estudo *quantitativo*, por buscar dados objetivo e também *qualitativo* ou de opiniões, por buscar verificar como a realidade se apresenta a este determinado grupo de pessoas. Procurou-se registrar tão cuidadosamente quanto possível os dados relatados, com o intuito de responder a questão de pesquisa.

Os dados permitiram a construção do perfil dos idosos aposentados investigadas de modo a recuperar, em primeiro lugar, as informações objetivas relativas à idade, profissão que exercia, quanto tempo que esta aposentado, local onde trabalhou, valor da aposentadoria, se recebe ajuda da família e o que significa aposentadoria para eles. Em segundo lugar, foram resgatados os depoimentos do que eles achavam e porque buscavam o Projeto "Centro Dia do Idoso". Os dados quantitativos serão apresentados em forma de gráficos e tabelas, enquanto os qualitativos serão transcritos.

Procurou-se proporcionar os entrevistados a oportunidade de falar a partir da própria lógica, cuidando para não cair no senso comum e acabar reproduzindo o que se quer escutar.

No decorrer deste estudo, a tarefa que se impõe é revelar de maneira mais precisa possível o que foi dito e, a partir daí, o que foi interpretado.

3.3 Perfil dos aposentados do Projeto “Centro Dia do Idoso”

Durante a realização do estágio curricular obrigatório, o instrumento utilizado, foi o da entrevistas com os idosos aposentados, construídos de forma semi-estruturadas, como opção fundamental para uma pesquisa de perfil qualitativa.

Visando a devida fidelidade, foram gravadas e posteriormente transcritas. Dos 12 (doze) idosos que participam ativamente do projeto, foram entrevistados 06 (seis), sendo que 03 (três) do sexo masculino e 03 (três) do sexo feminino, com idades de 65 (sessenta e cinco) a 78 (setenta e oito) anos.

O perfil dos idosos pesquisados foi construído como base questões relativa à idade, profissão que exercia, quanto tempo que esta aposentado, local onde trabalhou, valor da aposentadoria, se recebia ajuda da família e o significado da aposentadoria.

Os dados a seguir revelam o perfil dos entrevistados:

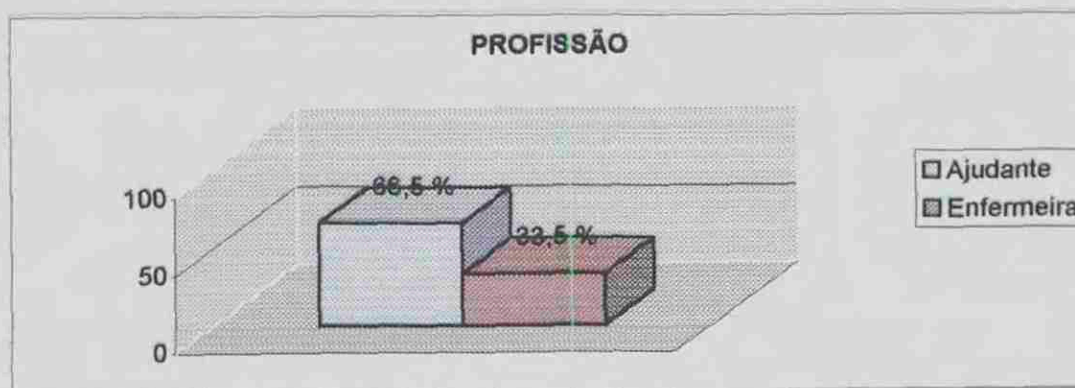
Considerando-se inicialmente a profissão, entre os idosos entrevistados, apareceu apenas duas ocupações na entrevista, nitidamente e de Ajudante Geral em empresa (66,50%) e a de enfermeira (33,50%).

Percebemos um perfil das profissões exercidas a maioria(66,50%) em empresas, onde o nível de escolaridade não tinha necessidade, e nem uma qualificação do trabalhador, tendo assim uma tendência maior de dispensa desse funciona, por parte do empregador.

Tabela 1: Profissão

Profissão	Total Absoluto	Total Relativo
AJUDANTE GERAL EM EMPRESA	4	66,50%
ENFERMEIRA	2	33,50%
TOTAL	6	100,00%

Gráfico 1: Profissão



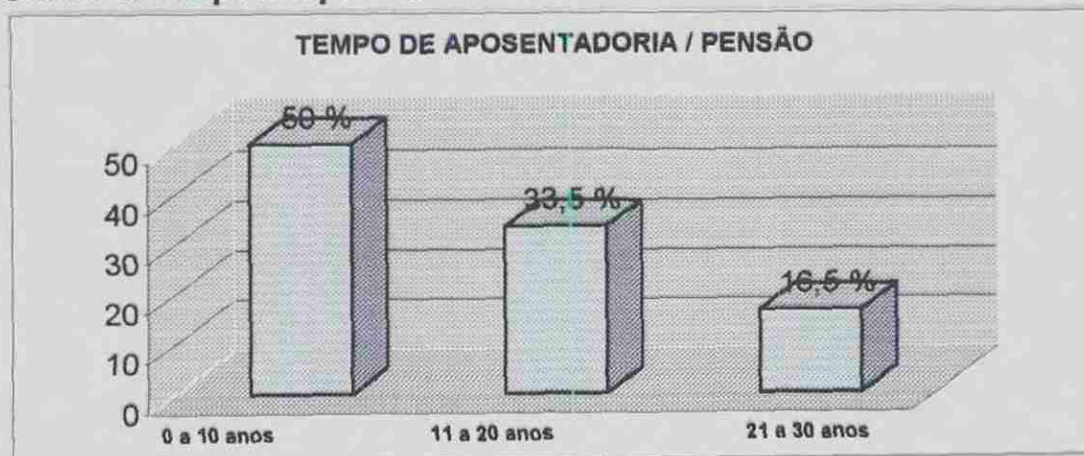
O tempo de aposentadoria / pensão, entre os idosos entrevistados, variou de 1 a 30 anos, nos seguintes percentuais: 01 a 10 anos, 50%, 11 a 20 anos, 33,50%, 21 a 30 anos 16,50%. A pensão, aqui apresentada, é atribuída apenas para as mulheres viúvas.

Podemos dizer que o tempo de Aposentadoria / Pensão apresenta uma porcentagem maior de recebimento, de 01 a 10 anos (50%), sendo assim muitos dos aposentados e pensionistas estavam passando pela criação em 1990, do INSS, substituindo o INPS, evidenciando um retrocesso no que concerne à construção de um real sistema de proteção social.

Tabela 2: Tempo de Aposentadoria / Pensão

Tempo de Aposentadoria/Pensão	Total Absoluto	Total Relativo
01 A 10 ANOS	3	50,00%
11 A 20 ANOS	2	33,50%
21 A 30 ANOS	1	16,50%
TOTAL	6	100,00%

Gráfico 2: Tempo de Aposentadoria / Pensão



Quanto ao local de trabalho dos idosos, quando exerciam uma ocupação na vida ativa, apresentam-se distribuídas em três locais, 16,50% em hospitais, 67% em empresas e 16,50% em residências, prevalecendo nitidamente o local de trabalho em empresas.

Deve-se analisar, por ser uma região industrial, o maior número de empregos oferecidos eram sem dúvida na empresas de pequeno, médio e grande portes.

Tabela 3: Local de Trabalho

Local de Trabalho	Total Absoluto	Total Relativo
HOSPITAIS	1	16,50%
EMPRESAS	4	67,00%
RESIDÊNCIA	1	16,50%
TOTAL	6	100,00%

Gráfico 3: Local de Trabalho



Sobre o valor da aposentadoria dos idosos, 67% das entrevistas declararam que esse valor chega a no máximo dois salários mínimos. Outras 16,50% conseguem valor de até 4 salários mínimos mensais, e outras 16,50% apresentou a mesma porcentagem.

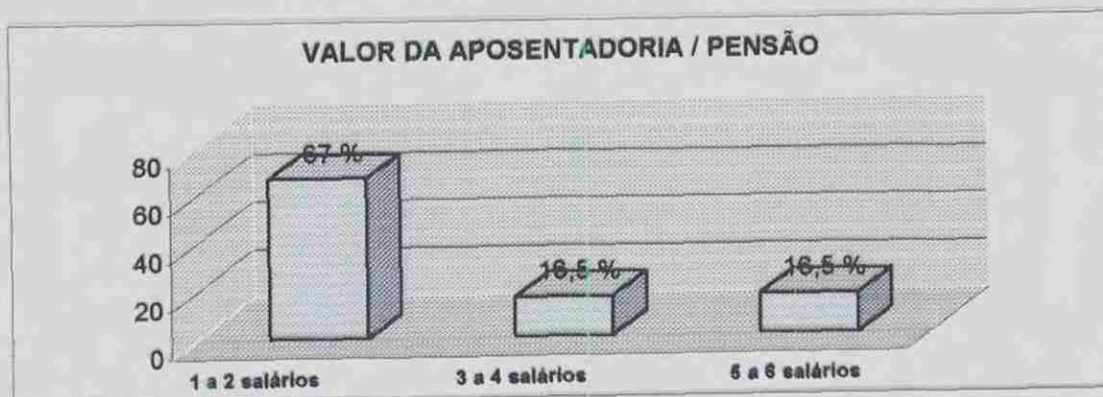
Nesses dados apresentados, aparece uma das principais questões da aposentadoria, a qual 67% dos aposentados entrevistados recebem até dois salários mínimos, mostrando a diminuição do seu poder aquisitivo de forma irreversível, expondo a realidade do aposentado brasileiro e como na prática os resultados dessa Reforma da Previdência atingem diretamente o seu cotidiano, prejudicando e ferindo os direitos sociais e morais do aposentado brasileiro.

Tabela 4: Valor da Aposentadoria / Pensão

Valor da Aposentadoria/Pensão	Total Absoluto	Total Relativo
1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	4	67,00%
3 A 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	1	16,50%
5 A 6 SALÁRIOS MÍNIMOS	1	16,50%
TOTAL	6	100,00%

OBS: Valor do salário mínimo de R\$200,00.

Gráfico 4: Valor da Aposentadoria / Pensão

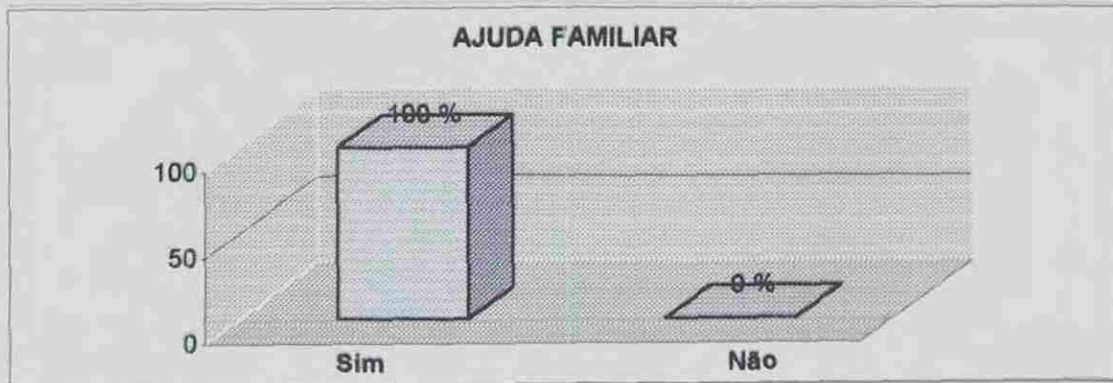


Com relação à ajuda familiar, entre os idosos entrevistados, 100% dos idosos, mesmo recebendo o valor de até dois salários mínimos, ajudam suas famílias, é um outro dado muito importante no que se refere na ajuda familiar desses aposentados. Esses aposentados voltam a torna-se chefe da família, devido ao aumento do desemprego no país, provocando uma revolução nas relações familiares nesta última década. Passando a garantir a sua subsistência, dos filhos e dos netos.

Tabela 5: Ajuda Familiar

Ajuda Familiar	Total Absoluto	Total Relativo
SIM	6	100,00%
NÃO	0	0,00%
TOTAL	6	100,00%

Gráfico 5: Ajuda Familiar

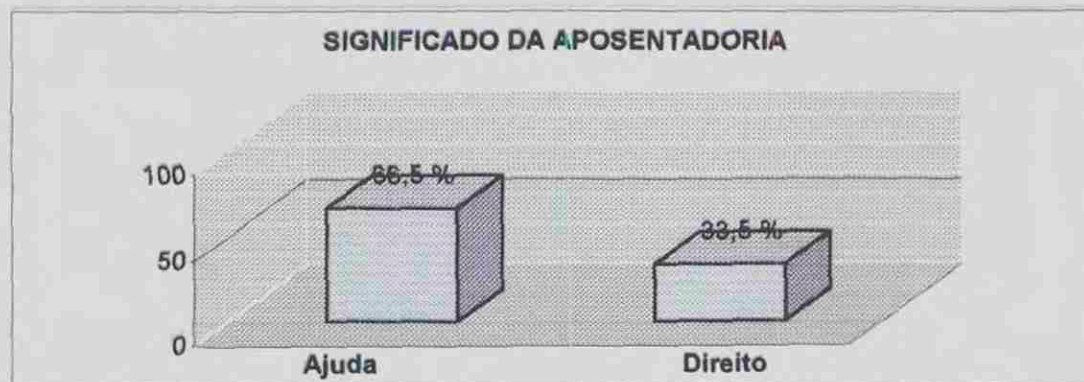


Um fator importante constatado durante as entrevistas diz respeito ao significado da aposentadoria para os idosos. Das entrevistas, 66,50% achavam que a aposentadoria era uma ajuda que o governo dava para eles. Enquanto 33,50% dos idosos, disseram que a aposentadoria era um direito, pois eles pagaram por aquela aposentadoria. Nos dados apresentados, nota-se que existe uma total alienação na maioria dos aposentados entrevistados, referentes a seus direitos previdenciários, pois o próprio sistema social os impede de procurar essas informações, aproveitando de sua baixa escolaridade e de sua falta de informação sobre as leis que regem o sistema previdenciário brasileiro. Chegando a ser uma forma de privação e exploração de seus direitos como cidadão.

Tabela 6: Significado da Aposentadoria

Significado da aposentadoria	Total Absoluto	Total Relativo
AJUDA	4	66,50%
DIREITO	2	33,50%
TOTAL	6	100,00%

Gráfico 6: Significado da Aposentadoria



3.4 Desvelando motivos da busca do Projeto "Centro Dia do Idoso"

Dentre os motivos que levaram esses idosos entrevistados nesse estudo a buscarem o "Centro Dia do Idoso", 66,50% destacaram-se claramente por se enquadrarem numa faixa etária de aposentados que recebiam abaixo de 2 (dois) salários mínimos, o qual não poderiam pagar uma instituição particular para atender seus cuidados diários e uma melhor qualidade de vida.

Como as perguntas realizadas, não se tratavam de perguntas fechadas, mais de uma resposta eram dadas. Assim como apareceram motivos como a solidão, a necessidade de sentir-se útil, novos laços de amizade, reconhecimento social, implicando em qualidade de vida.

Uma das primeiras questões substanciais a se ressaltar é a qualidade de vida que o próprio atendimento do Centro Dia trouxe à população idosa, com o desenvolvimento dos inúmeros projetos lá abrigados.

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, considera-se oportuno relatar a seguir alguns depoimentos, resgatando aspectos relativos à busca do projeto "Centro Dia do Idoso"

Tal posição fica patente na expressão dos atendidos, como ressalta a senhora A:
..mas aqui ganhei uma nova vida, as pessoas disseram que eu engordei, que até minha cor melhorou..."

Completa ainda: *“Gosto de passar o dia aqui por que é divertido, se não viesse aqui, passaria o dia em casa triste... depois que meu marido morreu, passava o dia em casa chorando, amo vir aqui, ...”*

A senhora B ressalta que: *“...esse convívio aqui no Centro Dia é bom para nós, no começo a gente precisa conviver com outra pessoas. A gente aprende com eles e eles com a gente (...) aqui é uma família.”*

E complementa: *“É muito bom aqui, a gente se sente muito bem aqui. Tem liberdade de fazer o que a gente gosta né, eu gosto muito de arte e tem até painel já fui eu que fiz, posso reinar, porque uma reinação é uma distração, como uma criança quando brinca.”*

O senhor C ainda ressalta: *“Estou a dois anos no Centro Dia, gosto de vir aqui. Tratam a gente com bastante carinho, com amor, não trabalho, sou aposentado e tenho problema na mão, mas assim mesmo joga baralho, trinca, dominó, bingo (...) tanto que o dia que a gente não vem sinto muita falta.”*

O fato dos idosos atendido ter estabelecido uma relação extremamente construtiva no espaço Centro Dia, facilita a implementações de ações complementares, como no caso o Projeto de Integração. Estas ações complementares funcionam como uma extensão das ações já desenvolvidas e que são as bases de ocupação e promoção de cidadania à pessoa idosa.

No caso específico do Projeto de Integração, o Serviço Social promove a qualidade de vida pelo reconhecimento da importância do idoso com conseqüente promoção da auto estima, reconhecimento social e fortalecimento dos laços, conforme fica patente na expressão de atendidos e profissionais que convivem neste espaço.

A senhora A ressalta que: *“Quando as crianças vêm aqui à gente trata muito bem elas e elas a gente, a gente ensina elas a fazer trabalhinhas com borrachinhas, e é muito legal, a gente canta, dança, brinca de roda e a gente passa um dia muito gostoso (...), a gente passeia muito, me sinto mais remozada, tem muitas pessoas com 71 anos, mas nenhuma com o meu espírito, ainda, ainda que está muito recente meu luto (...) Sempre faço de tudo um pouco, me sinto útil”.*

As citações acima deixam clara a satisfação do idoso nesta relação com as crianças com demonstração evidente de sentimento de utilidade e reciprocidade. Essa relação de

geração funciona como uma troca de vivências que trazem mudanças de comportamentos e de uma construção de memórias coletivas sobre fatos sociais e históricos.

O senhor C deixa também patente esta satisfação: *“Enquanto Deus me ajudar vou levando a vida, aqui no Centro Dia, fico muita alegre quando as crianças vêm aqui, a gente passa alguma coisa para eles e elas também deixam algo que fica dentro da gente”*.

O estreitamento dos laços parece ser progressivo e de empenho de ambos os lados, conforme enfatiza Senhora D: *“É muito bacana, muito gostoso, o dia que eu não venho sinto muita falta, as colegas são legais, as crianças é muito gostoso, a gente ensina elas a fazer, mas as crianças fazem do jeito delas, é uma palhaçada, agente acaba ensinando e aprendendo do jeito das crianças, mas é gostoso, adoro aqui, a gente ri muito, gosto da comida daqui, tem sobremesas muito gostosas, você tem que ver”*.

Num depoimento de uma das crianças foi possível notar que dentro das atividades em que participam com os idosos existe uma troca onde eles se surpreendem, com os conhecimentos dos idosos, o carinho dispensado e isto se traduz nesta entrevista: *“Eu tenho 6 anos. Eu achei muito legal aqui, que além de ser legal as vovós são legais e tudo é legal Eu aprendi um monte de coisa com as vovós lá. Eu gosto mais da Vó Rosalina. De brincar, de fazer mágica, brincar é isso o que eu aprendo aqui. Eu aprendi muita coisa diferente com eles”*.

Outro depoimento deixa visível a importância desta relação. Quando inquirido sobre o porquê gosta de vir ao Centro Dia, um menino ressaltou: *“Porque eu aprendo coisas legais, eu brinco muito aqui também (...) Algumas como assim, aprender a brincar, falar, conversar, tudo!”*

A análise do perfil dos idosos aposentados permite afirmar, que é fundamental a criação pelo Estado, de projetos como o do “Centro Dia do Idoso” para a efetivação das políticas públicas para os aposentados, que são excluídos nesse sistema neoliberal. Isso possibilitaria abordar questões subjetivas referente ao envelhecimento e aprimorar a qualidade de vida dessa população aposentada. É o reconhecimento social, familiar, emocional que essa

população marginalizada e excluída merece, é a valorização do aposentado, que passa a ter garantido seus direitos como cidadão, pois sua vida toda contribuiu para a sociedade.

Salienta-se que este estudo é apenas reflexão em torno da questão da reforma previdenciária e conseqüentemente do aposentado, não sendo possível aprofundar algumas questões levantadas, mas esperamos que, mesmo assim, o leitor encontre um quadro coerente para entender os problemas relacionados à Reforma do Estado na Previdência Social e seus impactos para os aposentados e que devem ser vistos a partir do contexto político-sócio-econômico, num dado momento histórico vivido por uma sociedade.

CONCLUSÃO

Através do estudo realizado, pôde-se concluir que os programas de ajuste estrutural, propostos pelas agências internacionais tiveram seus impactos e conseqüências evidenciados nos anos 90, a partir do que vêm sendo efetivadas políticas focalizadas, que traduzem um conjunto de compromissos delineados nos projetos de Reforma. Isso recai principalmente sobre a área social, traduzindo descompromisso com as políticas sociais e desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social.

Os projetos de Reforma do Estado incorporam as diretrizes do Banco Mundial, relativas à redução de custos e à racionalização do gasto público, à melhoria da eficiência do aparelho do Estado e à descentralização dos serviços, deixando bastante evidentes suas características privatizantes e desregulamentadoras.

Fica bastante clara nessa concepção de políticas públicas das agências multilaterais, a influência que esses organismos têm exercido sobre as mesmas. As políticas sociais públicas estão cada vez mais distantes das propostas universalizantes e de afirmação de direitos, subordinando-se à lógica do mercado, à contenção de custos, à redução do papel do Estado, à transferência direta de ações para organizações da sociedade civil e à focalização de programas para os segmentos mais pobres da população. Essas propostas fundamentam o discurso de igualdade e democracia na busca pela correção das desigualdades sociais.

Em todos os países pesquisados (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), a Reforma do Estado passa uma falsa idéia de melhoria no setor previdenciário com ênfase na aposentadoria. Os países que estão implantando ou tentando implantar essas reformas, possuem projetos de reformas previdenciárias. Para tanto, utilizam a mesmas argumentações, sempre baseadas em fórmulas salvadoras", apresentadas como "modernizantes" e destinadas a evitar o colapso financeiro das instituições previdenciárias (Teixeira, 1999).

As políticas de ajuste estrutural e as reformas do Estado seguem uma tendência em comum no desenho das políticas de previdência e aposentadoria a saber:

1 - Alterações no cálculo do valor dos benefícios, que incidem diretamente sobre as aposentadorias por tempo de serviço, atingindo, principalmente, os segmentos de classe mais pobre;

2 - Privatização do setor previdenciário, tirando e suprimindo vários direitos sociais e tornando mais difícil o exercício de outros tantos, particularmente, no que se refere à aposentadoria, além do que, impõem novos ônus aos segurados;

3 - Participação das organizações não-governamentais como um dos maiores beneficiados com a mudança desse novo sistema previdenciário, pois são transferido para o setor privado o controle dos volumosos recursos financeiros pagos pela sociedade e o Estado passa a ser uma fonte para cobrir seu déficit fiscal e subsidiar o modelo de acúmulo de capitais;

4 - Mudanças significativas, principalmente sobre a área social, com uma irresponsabilidade crescente pelas políticas sociais, acompanhadas que são pelo desrespeito ao padrão constitucional de seguridade social, que mexem não só no salário do aposentado, mas nas suas relações familiares.

5 - Prejuízo para os trabalhadores que começam a trabalhar cedo e para os que vão se aposentar, pois a única utilidade da reforma é "asfaltar" o caminho por onde os grandes grupos econômicos, especialmente bancos e seguradoras, seguirão para explorar comercialmente esse inesgotável filão e fonte de lucro que são os serviços previdenciários.

Diante da realidade apresentada, vê-se a necessidade de encontrar novas alternativas no tratamento da questão das políticas públicas, que precisam readquirir seu caráter universal, através de projetos que busquem ampliação e a transformação das ações estatais em ações efetivamente públicas, como, por exemplo, o projeto "Centro Dia do Idoso", de modo que essas reformas não causem a redução dos direitos sociais, mas a sua efetivação.

A investigação realizada junto a esse projeto "Centro Dia do Idoso", possibilitou-nos perceber o quanto o idoso necessitam de projetos sociais e de políticas públicas pelo Estado, que lhes garantam uma melhor qualidade de vida e de saúde. São os idosos ou cidadãos em processo de envelhecimento que ao longo dos anos contribuíram para a Previdência Social.

Constata-se no convívio com o grupo que frequenta o "Centro Dia do Idoso", que a maioria sustenta toda uma família, continuando a ser o chefe familiar, mesmo após a aposentadoria. A renda que recebem é destinada preferencialmente para o pagamento de aluguel ou outras despesas e isso exclui, por vezes, gastos com cuidados com sua saúde ou lazer.

É nesse sentido que projetos como “Centro Dia do Idoso” são vitais para complementar e assegurar a esse segmento populacional, seus direitos como cidadão. Num cenário excludente em que governantes atribuem a uma crise global todos os males sociais e que se remete à sociedade responsabilidades sociais cada vez maiores, resta aos aposentados, muitas vezes, o conformismo daqueles que perderam as esperanças, desistiram de participar dos rumos de sua vida, ou abriram mão de seus direitos, acreditando na impossibilidade de mudar os rumos dessa história. Recuperar sua auto-estima e a confiança em um Estado de Direitos é tarefa pouco promissora, mas necessária para que direitos conquistados sejam preservados, e, com eles, a dignidades de todo cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA NACIONAL DE IDOSOS: *A Terceira Idade*, São Paulo, SESC, ano X, nº 17, Ago, 1999.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial*. Washington, 1997.

_____. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Washington, 1990.

_____. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, 2000.

BARROSO, M. J. R. *A iniciativa pública e privada no serviços de saúde, educação, cultura e lazer*. A Terceira Idade SESC, São Paulo, v 17, p. 28-38.

BASTIDE, A. P. *A idéia do tempo e o envelhecimento*. A Terceira Idade SESC, São Paulo v 16, p. 3-11.

BEAUVOIR, S. *A Velhice*. I. a Realidade Incômoda. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo, Difusão Européia do Livro: 1970.p . 247.

BOLETIM MERCOSUL. Florianópolis, Escola Sul da CUT, abril, 2000.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). *Norma Operacional Básica da Assistência Social: avançando para a construção do Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social*. Brasília: MPAS, SEAS, 1999, 44 p.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999. 92 p.

BUENO, S. C. Relatório Fiel do Projeto de Integração. Rio Claro, SP, 2000.
 CARACTERIZAÇÃO DE RIO CLARO. Disponível em: <<http://www.rioclaro.sp.gov.br>>.
 Acesso em : 17 de julho 2001.

COSTA, N.R. *Políticas Públicas, Justiça distributiva e inovação*. São Paulo, Hucitec, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). *Reforma da previdência : quem ganha e quem perde*. Série "Estudo Técnico" – Ano I nº1. Brasília/DF, outubro, 1997.

FALEIRO, V. P. *A questão da reforma da previdência social no Brasil*. Revista SER Social. Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2000, 97 p.

GARCIA M. T. G. *Auto Imagem na Aposentadoria: Mito e Realidade*. A Terceira Idade SESC, São Paulo, v16, p.35-46.

GUSUGLI, O . S. *Rio Claro Envelhece*. Jornal Cidade Rio Claro, 1 l,nov,2001.p. 20,Última Página.

HUJO, K. *Novos paradigmas na previdência social: lições do Chile e da Argentina*. Revista, Planejamento e Políticas Públicas nº 19, junho, 1999. www.ipea.gov.br

INSTITUTO NACIONAL DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA - INAP. *Resenã del processo de Reforma del Estado en la Argentina - 1989-1996*. Buenos Aires, 1997.

KARSCH, U. M. S. *Do Envelhecimento Pessoal e Populacional no Brasil*. Contexto, demandas e gerações de recursos no final do século. São Paulo: PUC, 1999.

MACHADO, F. *Os impactos da reforma da Previdência Social no Serviço Social do INSS*. TCC, Florianópolis, 2000.

MARCHI, J. C. *O processo de integração dos serviços de saúde no Mercosul*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Digit.

MARE. *Organizações Sociais*. Cadernos do Mare nº 2, Brasília, 1998.

MASI, F. *Los nuevos mandatos de los Bancos Multilaterales de desarrollo: el caso de Paraguay*. . In: TUSSIE, D. El BID, El Banco Mundial y la sociedad civil: nuevas formas de financiamiento internacional. Buenos Aires Flacso, 1997.

- MERCOSUL. *Acuerdo multilateral de Seguridad Social del Mercado Común del Sur*. Buenos Aires, 1998.
- MOTA, A. E. *Sobre a crise da seguridade social no Brasil*. Cadernos n° 4, AdUFRJ. Rio de Janeiro, agosto, 2000.
- MOTA, M. E. S. *O cotidiano do idoso - Espaço de regulação ou de emancipação?* 1995 Tese (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Instituto Superior de Serviço social do Porto, São Paulo.
- NETTO, M. P., *Gerontologia : a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. 1ª ed. São Paulo, Atheneu, 1996.
- NOYA, N. *La reforma de la Seguridad Social en Uruguay*. www.redsocial.org.
- OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA. *La reproducción de la pobreza*. Uruguai, 2001. www.socwatch.org.uy/2000/esp/index2000.html.
- OLIVEIRA, E. P. "O construir-se e o reconstrui-se do idoso através da convivência intergeracional: uma abordagem social". TCC. Piracicaba, SP, 2001.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. "A Reforma do Estado dos Anos 90". Cadernos do Mare, 1, Brasília, 1997.
- _____. *Sociedade Civil: sua democratização para Reforma do Estado*. Brasília, ENAP, 1998, 54 Págs. (texto para discussão 32).
- PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO CLARO 2000/2001.
- PRETI, D. *A Linguagem dos Idosos. Um Estudo de Análise da Conversação*. São Paulo: Contexto, 1991.
- REPÚBLICA DEL PARAGUAY. *Programa de Gobierno 1999-2003*. Asunción, 1999.
- REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Presidência de la República. Oficina nacional del servicio civil*. Portugal, 1998.
- SILVA, Pedro Luiz Barros e outros. *Reforma da Seguridade Social no Brasil. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - UNICAMP*, 5 p.

SPOSATI, A. *Organização e Mobilização Política da Terceira Idade*. A Terceira Idade SESC, São Paulo, v 17, p. 17-21.

SIMIONATTO, I. *Crise, reforma do estado e políticas públicas: implicações para a sociedade civil e para a profissão*. Florianópolis, 1998.

_____. *Mercosul e Reforma do Estado: implicações nas políticas públicas*. Relatório de Pesquisa. Departamento de Serviço Social. UFSC, 2001. Digit.

SOARES, L. S. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Laltina*. São Paulo, Cortez, 2000.

TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *(Des) Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, A. M. P. *Reforma e contra-reforma da previdência social no Brasil de hoje*. Paper apresentado à comissão de Seleção/Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Novembro, 1999.

TUSSIE, D., MENDIBURU, M. , VÁSQUEZ, P. *Los nevos madatos de los Bancos Multilaterales de desarrollo: su aplicación en el caso de Argentina*. In: TUSSIE, D. *El BID, el Banco Mundial y la sociedad civil: nuevas formas de financiamento internacional*. Buenos Aires, Flacso, 1997.

TUSSIE, Diana (org.). *El BID, el Banco Mundial y la sociedad civil: nuevas formas de financiamento internacional*. Buenos Aires, Flacso, 1997.

VUOLO, R. M E BARBEITO, A. C.. Lo. *La nueva oscuridad de la política social: Del Estado populista al neoconservador*. Ciepp, Buenos Aires, 1998.